

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

DANIEL CALARCO DE OLIVEIRA

**O direito à educação enquanto limitador da ação estatal na Segurança Pública na  
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635.**

Rio de Janeiro, Outubro de 2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**DANIEL CALARCO DE OLIVEIRA**

**O direito à educação enquanto limitador da ação estatal na Segurança Pública na  
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635.**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor Michael Freitas Mohallem, apresentado à FGV Direito RIO como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, Dezembro de 2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

DANIEL CALARCO DE OLIVEIRA

**O direito à educação enquanto limitador da ação estatal na Segurança Pública na  
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635.**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor Michael Freitas Mohallem, apresentado à FGV Direito RIO como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito.

**Comissão Examinadora:**

---

Nome do orientador: Michael Freitas Mohallem

---

Nome do Examinadora 1: Fernanda Prates Fraga

---

Nome da Examinadora 2: Ilona Szabó de Carvalho

---

Nome da Examinador 3: Wallace Corbo

Nota Final: \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de conclusão de curso traz consigo um imenso simbolismo de encerramento de um longo e intenso ciclo. Apesar de ser realizado apenas nos últimos períodos da faculdade, sinto que sintetiza muitos conhecimentos e experiências que tive nos últimos 5 anos, e talvez até mesmo antes disso. Falar sobre o papel dos direitos humanos na realidade de conflitos armados travados em favelas do Rio de Janeiro está profundamente atrelado a minha trajetória, meu compromisso social e acadêmico e o motivo de eu ter me desafiado a estudar Direito, na melhor escola do Rio de Janeiro.

Morando na Vila Aliança em Bangu, a quase duas horas da Escola, sendo filho de feirantes e sem condições financeiras nem mesmo para arcar com os custos diretos e indiretos da graduação, eu acreditei nesse sonho que foi sonhado junto com pessoas maravilhosas, inspiradoras e comprometidas. Como todas as fases da vida precisam de uma conclusão, encerro esta com a alegria de ter tirado o máximo proveito.

Como bolsista integral, preciso agradecer aos que vieram antes de mim e desafiaram os limites impostos. Sem os conselhos de minha mentora e amiga Julia Delamare seria muito difícil navegar por tantos percalços. Na Escola, é preciso reconhecer os esforços e compromisso com a inovação e excelência do eterno Diretor Joaquim Falcão, Prof. Rodrigo Vianna e meu orientador, Michael Mohallem. Tenho imensa gratidão ao professor e amigo Thiago Bottino, enquanto coordenador da graduação e fundador da Associação de Suporte aos Alunos (ASA Direito RIO). Tive a honra de ser o primeiro bolsista da associação, podendo permanecer na graduação em tempo integral. Pela impossibilidade de agradecer toda a equipe da escola personifico na Cristina Nascif e Prof. Carlos Jatahy o carinho e parceria que construí com os discentes e administração da escola nos últimos anos.

A graduação também é uma oportunidade de construir laços de amizade que nos marcam muito além da colação de grau. Sem o cuidado, suporte e acolhimento de Nicole, Maria, Giulia, Barbara, Luiza e Ana Alhadas não seria possível ter chegado até aqui. São muitos outros nomes que ao longo de toda a trajetória, desde o Colégio Pedro II - Realengo até colegas de trabalho, que merecem meu agradecimento.

Ao Observatório Internacional da Juventude e todos os jovens líderes que fizeram e fazem parte da organização, o meu mais sincero obrigado pela dedicação e paciência. Sequer fazia ideia do desafio que seria criar uma ONG para promover os direitos das juventudes, e após 5 anos consigo olhar para trás com muito apreço pelo que construímos. Meu muito

obrigado a Beatriz Bernardes, Larissa Merheb e Adhara Sanches que se tornaram amigas chegadas como irmãs nesse processo.

A família é a base de tudo. Aproveito para demonstrar a gratidão e amor a minha mãe Renata e pai Sérgio, que sempre me ensinaram o valor do trabalho duro, a busca pelas oportunidades e a fé em Deus. Todo amor a minha avó Vanda, que sempre me ensina sobre dedicação e cuidados, e as irmãs Cassiana e Ana Clara, que me moldaram, apoiaram e suportaram em todos os momentos.

Espero que o presente trabalho consiga fazer coro à crescente contribuição de lideranças comunitárias que pertencem a grupos interseccionais e a territórios que são sistematicamente excluídos de ambientes acadêmicos e de tomada de decisão. Reforço aqui para os anos que virão enquanto advogado o compromisso que lapidei ao longo da graduação de colaborar com o combate a desigualdade, promoção da justiça social e paz. Muitos foram os desafios superados, bem maiores do que acreditei que poderia superar, mas com muita fé em Deus e apoio chegamos até aqui, e agora tenho a certeza que podemos fazer mais.

‘Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?’

Marielle Franco

## **RESUMO**

O presente trabalho trata do debate do impacto da segurança pública e as dinâmicas de violência urbana no direito à educação. Para pautar a discussão, o referencial da análise é o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra os Decretos estaduais 27.795/2001 e 46.775/2019, ambas normativas estaduais regulamentadoras da política de segurança pública elaborada pelo Governo do Rio de Janeiro. Foram apresentados na petição inicial, memorial de amicus curiae e relatórios de defesa importantes informações sobre a política de segurança pública adotada, os indicadores e os números relacionados a violência, letalidade e confrontos armados para apresentar os desafios que marcam o controle da ordem no estado. Um aspecto um tanto inovador trazido pela decisão é um enfoque no direito à educação, o papel da escola e a proteção do menor em um ambiente marcado pelo conflito armado e disputa de território. Ventilada pelo requerente e acolhida pelos Ministros, é um valioso debate jurídico e da sociedade civil sobre como a violência impacta o direito à educação de adolescentes e jovens de favelas no Rio de Janeiro. O impacto da violência foi observado além dos direitos civis e políticos, afetando desproporcionalmente o direito à educação de alunos e alunas. Da perda de vida de alunos a utilização de escolas como base de operações, mostra o desalinho da política com os protocolos e princípios previstos em normas nacionais e internacionais. A luz das obrigações estatais na implementação do direito social à educação, a atuação do Supremo, enquanto guardião da Constituição, impôs um novo limite da ação estatal. É liminar que oferece às lideranças sociais e as instituições tenham incentivos para construir novas estratégias de segurança pública que potencializam o ensino e a educação enquanto ferramentas de paz e justiça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Segurança Pública. Direitos Humanos. Educação. Escola. Segurança Pública. Impacto. Uso da Força. Letalidade Policial. Controle Judicial.

## **ABSTRACT**

This paper discusses the impact of public security and the dynamics of urban violence on the right to education. To guide the discussion, the framework of the analysis is the judgment of the Arguement of Noncompliance with Fundamental Precept (ADPF) 635, proposed by the Brazilian Socialist Party (PSB) against state Decrees 27.795 / 2001 and 46.775 / 2019, both state regulations regulating the policy of public security prepared by the Government of Rio de Janeiro. In the initial petition, amicus curiae memorial and important defense reports, information on the public security policy adopted, indicators and figures related to violence, lethality, and armed confrontations were presented to present the challenges that mark the control of the order in the state. A somewhat innovative aspect brought by the decision is a focus on the right to education, the role of the school, and the protection of minors in an environment marked by armed conflict and territorial dispute. Fanned by the applicant and welcomed by the Justices, it is a valuable legal and civil society debate about how violence impacts the right to education of adolescents and young people from favelas in Rio de Janeiro. The impact of violence was observed in addition to civil and political rights, disproportionately affecting the right to education of male and female students. From the loss of students' lives to the use of schools as a base of operations, it shows the mismatch of the policy with the protocols and principles provided for in national and international standards. In the light of state obligations in the implementation of the social right to education, the role of the Supreme Court, as guardian of the Constitution, imposed a new limit on state action. It is an injunction that offers social leaders and institutions the incentives to build new public security strategies and that enhances teaching and education as tools for peace and justice.

**KEYWORDS:** Violence. Public security. Human rights. Education. School. Public security. Impact. Legitimate Use of Force. Police Lethality. Judicial Control.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>SEÇÃO I - A ADPF 635 e o limite da ação estatal na Segurança Pública</b>	<b>7</b>
- 1.1 - A questão jurídica	8
- 1.2 - Os preceitos fundamentais da constituição os compromissos internacionais	9
- 1.3 O direito à educação no Brasil: do Sistema de Educação aos desafios no território em conflito	12
<b>SEÇÃO II - A violência e o direito à educação nos territórios do Rio de Janeiro</b>	<b>17</b>
- 2.1 - Da proteção especial do menor e das instituições de ensino	19
- 2.2 - Da desproporcionalidade do impacto e a afronta a igualdade	21
- 2.3 - Da desproporcionalidade do impacto em crianças e jovens	25
- 2.4 - Do protagonismo das lideranças sociais	31
<b>SEÇÃO III - Um novo limite da Ação Estatal</b>	<b>32</b>
- 3.1 - Das obrigações estatais face o direito à educação	35
- 3.2 - O potencial da Escola em uma nova segurança pública	37
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>41</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>43</b>

## Introdução

A ADPF 635, conhecida como a ‘‘ADPF das Favelas’’, traz consigo questões sobre a legitimidade do uso da força, aumento da letalidade policial, enfraquecimento do controle externo sobre a polícia e a ineficácia de protocolos de conduta dos policiais em preservar direitos das populações em regiões marcadas pelo confronto armado. A Corte, face à situação da pandemia do novo coronavírus, que exige medidas de isolamento e quarentena que fragilizam ainda mais as favelas e comunidades marginalizadas, referendou em plenário, a decisão que deferiu tutela provisória incidental na Medida Cautelar pelo ministro relator Edson Fachin<sup>1</sup>, que suspendeu incursões policiais em comunidades do Rio de Janeiro e pautou um importante debate sobre a importância do direito humano à educação enquanto limitador da ação estatal na Segurança Pública<sup>2</sup>.

A contribuição desta monografia está pautada em discutir um dos pontos jurídico trazidos a voga na recente decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal, o impacto da violência no direito à educação. Em sessão plenária virtual de 26 de Junho a 4 de Agosto de 2020 sob a presidência do Ministro Dias Toffoli, motivada pela ADPF foi abordada a importância de preservar direitos humanos enquanto uma das diretivas da segurança pública. A centralidade dos direitos humanos reveste a decisão de importância, ainda mais no atual contexto brasileiro, no qual narrativas de ódio, violência e negação de direitos a grupos sociais cresce no discurso político.

Reconhecer relevância e contribuir com o debate público sobre uma nova maneira de fazer segurança pública capaz de proteger o direito à educação ao invés de afetá-la é esforço necessário na academia, e não apenas no Judiciário e movimentos sociais. Com a escalada de movimentos autoritários e a disseminação online e offline de discursos e narrativas de ódio e violência contra grupos sociais e territórios<sup>3</sup> (ROSHANI, 2016), o estabelecimento de limites para o uso da força pelo Estado é essencial para mitigar os impactos quando cresce em palanques eleitoreiros discursos que defendem ser confronto e opressão o caminho adequado

---

<sup>1</sup> STF. Ministro Fachin determina suspensão de operações policiais em comunidades do RJ durante pandemia.<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444960>

<sup>2</sup> O voto do Ministro trata da proibição da prática de utilização de qualquer equipamento educacional ou de saúde como base operacional das polícias civil e militar, e exige a elaboração de protocolos próprios e sigilosos de comunicação envolvendo as polícias e os segmentos federal, estadual e municipal das áreas de educação e de saúde, para reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade.

<sup>3</sup> A pesquisadora identificou em seu trabalho que em toda a América Latina, discurso racista online e digitalmente mediado, dirigido a jovens afrodescendentes intensificou o estigma racial existente e contribuiu para a marginalização de grupos minoritários em contextos online e offline.

para a implementação das políticas públicas. Ocorre que no Estado Democrático de Direito existem limites às ações do governo<sup>4</sup> (BOBBIO, 2000) e até mesmo de políticas, quando utilizadas para restringir, limitar ou constranger direitos constitucionalmente previstos<sup>5</sup>.

E é exatamente nesse contexto que se é importante compreender como a violência urbana impacta o direito à educação de jovens e adolescentes em territórios marginalizados na cidade do Rio de Janeiro, enquanto um direito humano e garantia fundamental. Especialistas em segurança pública, educadores, ativistas sociais e agentes de segurança dedicam tempo e esforço ao tema, mas ainda é grande o desafio de compreender com clareza as correlações entre dinâmicas de segurança pública e o acesso à educação em territórios e comunidades marcadas pelo conflito urbano.

Enquanto guardião dos direitos humanos<sup>6</sup>, é papel do poder Judiciário, no caso concreto representado pelo Supremo Tribunal Federal, exigir do Poder Executivo que o enfrentamento da criminalidade seja pautado no respeito aos direitos humanos, excluindo das opções políticas aquelas que não tem compromisso com respostas efetivas e inclusivas. Submeter violações à apreciação do Judiciário não é esforço para suprimir a competência do executivo em formular políticas públicas, mas sim garantir que estas sejam feitas dentro de parâmetros exigidos pela lei.

São diversas as formas de se implementar medidas de segurança pública, e os caminhos para a construção da paz e justiça assim como os meios para enfrentar violência e criminalidade. O controle social e judicial da administração pelo executivo são importantes para garantir que escolhas políticas não ignorem diferentes vivências e impactos, diretos ou indiretos, adotando medidas que na prática são discriminatórias. Ainda mais quando tal impacto desproporcional contra grupos vulneráveis e interseccionais pela classe social, raça, idade e local de moradia. E, por mandamento constitucional, tais realidades não podem ser excluídas da apreciação jurisdicional.

Um importante limite para a discussão é o foco no papel do Estado no conflito, enquanto enfrentamento que vai além do confronto armado e não ameaça apenas direitos civis

---

<sup>4</sup>O direito enquanto um conjunto de normas que regem um grupo, se entrelaça com a política em dois pontos, primeiro sendo a ação política exercida através do direito, enquanto o direito delimita e disciplina a ação política.

<sup>5</sup>Prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal a ADPF será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental causada por ato do Poder Público.

<sup>6</sup>Com o advento da EC/45, a alteração do artigo 5º, § 2º da CRFB/88, conferiu, observado rito, aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos natureza de emendas constitucionais.

e políticos, podendo se impor como verdadeira barreira ao pleno desenvolvimento das populações e áreas afetadas.

Com mais de 7 mil tiroteios registrados em 2019 na Região Metropolitana do Rio<sup>7</sup>, e com mais de um milhão de pessoas morando em favelas ou territórios similares, às políticas de segurança pública e a relação entre o Estado e comunidades têm se tornado cada vez mais problemáticas. As operações policiais são frequentemente marcadas por violações de direitos. O papel da Segurança Pública enquanto uma política pública que deveria promover o bem estar de todos, tem se limitado e se pautado cada vez mais a experiência e interesses de grupos privilegiados<sup>8</sup>.

Pensar a segurança pública enquanto uma dinâmica de guerra para proteger parte da população contra grupos apontados como inimigos tem um impacto perverso em direitos e territórios. E o resultado é a marginalização e vulnerabilização de tais populações, impedindo que aqueles que são desproporcionalmente afetados, mal consigam acessar seus direitos e se desenvolver como indivíduos e grupos. Em realidades como a do Rio de Janeiro, a violência urbana, profundamente atrelada à dinâmica de poderes paralelos, repressão ao tráfico de drogas e coerção estatal ignora as inúmeras dimensões afetadas como educação, orientação e supervisão das crianças e jovens, bem como a exponente redução de oportunidades de acesso a determinados bens econômicos e culturais. É fundamental para o avanço democrático da segurança considerar a perspectiva de pessoas e organizações oriundas de favelas e outros territórios marginalizados, pautando nesse debate a realidade do dia a dia e possam colaborar com a solução de problemas enfrentados.

O presente trabalho analisará, na primeira seção, a questão jurídica que trata a ADPF. O objeto da ação, resume o ministro relator Edson Fachin em seu relatório, é o reconhecimento e a superação das lesas e violações de preceitos fundamentais constitucionais praticadas pelo Estado do Rio de Janeiro através da política de segurança pública adotada, excessivamente letal<sup>9</sup>. A ação conta com a participação da Defensoria Pública do Estado do

---

<sup>7</sup>De acordo com relatório realizado pela plataforma Fogo Cruzado. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 01/06/2020

<sup>8</sup>CESec. Ranking da eficiência: PM do Rio atende ocorrências na Zona Sul duas vezes mais rápido do que na Zona Oeste. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/participacao/ranking-da-eficiencia-pm-do-rio-atende-ocorrencias-na-zona-sul-duas-vezes-mais-rapido-do-que-na-zona-oeste/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020

<sup>9</sup>O Rio de Janeiro é a entidade federativa na qual as forças de segurança mais matam no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 13. 2019, p. 11.

Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil no papel de *amici curiae* para acrescentar ao debate jurídico aspectos da realidade enfrentada por essas populações minoritárias.

A segunda seção contribuirá com referenciais teóricos, normativos e práticos sobre as relações da violência e o direito à educação nos territórios do Rio de Janeiro. Como foco na educação de base, oferecida em escolas e creches, a seção tratará também da proteção especial do menor e das instituições de ensino. Analisar também a desproporcionalidade do impacto enquanto uma afronta à igualdade nos termos da jurisprudência nacional e entendimento internacional.

O impacto no bem-estar, segurança individual e identidade dos estudantes também é aspecto fundamental a ser considerado. Ser jovem no Rio de Janeiro é conviver com o medo e vivenciar a violência. De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Jovem, o município do Rio de Janeiro tem vulnerabilidade média<sup>10</sup>, e de acordo com relatório emitido pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ<sup>11</sup>, 80% das mortes decorrentes de incursões policiais são de jovens negros.

Reconhecido o protagonismo dos movimentos e lideranças sociais, a terceira e última seção do trabalho tratará de referenciais doutrinários e teóricos sobre a relevância do Poder Judiciário na promoção e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais. No âmbito da política, é preciso que as instituições do Direito não permitam que as escolhas políticas criem cidadãos com menos direitos, simplesmente por morarem em territórios que têm sobre si a guerra imposta. Garantindo que em toda a cidade possa se frequentar a escola e ter a vivência da cidade, tanto subjetivamente como socialmente, sendo respeitada a vida e dignidade (art. 5º, caput, CRFB/88).

A última seção aborda o papel fundamental da educação enquanto um direito humano e obrigação do Estado, família e sociedade que se acessa pelos adolescentes e jovens nas escolas de suas comunidades. São as escolas públicas uma das poucas instituições públicas que conseguem adentrar e permanecer, sem retaliações, nas comunidades e favelas, até mesmo nas mais violentas e controladas por grupos paramilitares que impedem a presença de

---

<sup>10</sup>Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Vulnerabilidade Juvenil: Violência e Desigualdade Racial. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP\\_Vulnerabilidade\\_Juveni\\_Violencia\\_Desigualdade\\_Racial\\_2017\\_Relat%C3%B3rio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP_Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relat%C3%B3rio.pdf)

<sup>11</sup> ALERJ. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Relatório Anual 2019. “Segurança Pública e Direitos Humanos: reflexões para um aprendizado democrático”.

outras atividades do Estado. O que reforça a potencialidade da educação na redução da violência e marginalização, de acordo com conclusão de diversas pesquisas e a fundada opinião de especialistas no nível local, regional e internacional.

Ao longo do trabalho toda as seções e subseções contribuem com o esforço de pontuar a importância da decisão na realidade das comunidades desproporcionalmente afetadas, apresentando dados relativos às operações policiais nos territórios com as maiores ocorrências de tiroteios no ano de 2017, e as diferentes maneiras que o conflito pode afetar a comunidade escolar. Nessa seção a violência e ação estatal será sintetizada por dados sobre disparo de arma de fogo, conflito armado e homicídios.

A violência urbana torna a escola, em determinadas comunidades, um espaço não seguro. Em favelas e regiões marcadas pelo conflito há riscos no trajeto e na permanência, afetando a vivência e o bem estar de alunos e funcionários. A constância do medo se concretiza com o fechamento das unidades educacionais devido a operações policiais, guerra de facções e disputas locais, e em casos mais graves, pode resultar em fatalidades dentre os membros da comunidade escolar e a exposição a violência fora e dentro da escola. Por exemplo, há registro de enfrentamentos nos quais escolas também foram usadas como base<sup>12</sup> para suporte das operações, em violação a princípios internacionais como os da Convenção de Haia. Fatalidade de estudantes dentro das instituições ou no trajeto, como os casos emblemáticos de Marcus Vinícius<sup>13</sup> e Maria Eduarda<sup>14</sup>, são exemplos desse impacto na vida e bem estar.

Debater a importância e os desafios de assegurar oportunidades de educação é garantir avanços de políticas que sejam integrativas<sup>15</sup> inclusivas e eficientes. E essa é a orientação proposta no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16<sup>16</sup> da Agenda 2030 das

---

<sup>12</sup>Folha de São Paulo. Rio de Janeiro. 2018. Escolas viram base militar em ações do Exército no RJ sob intervenção federal. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/escolas-viram-base-militar-em-acoes-do-exercito-no-rj-sob-intervencao-federal.shtml> Acesso em 15 de Julho de 2020.

<sup>13</sup> Jornal O Dia. Rio de Janeiro. 2018. “'Como eles não viram o uniforme escolar?', indaga o pai de adolescente morto na Maré”. Disponível em: Acesso em 30 de Agosto de 2020.

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/06/5551110-como-eles-nao-viram-o-uniforme-escolar--indaga-o-pai-d-e-adolescente-morto-na-mare.html> Acesso em 20 de Novembro de 2020.

<sup>14</sup>G1 Globo. Rio de Janeiro. 2018. “PM é indiciado pela morte da estudante Maria Eduarda no Rio.”

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pm-e-indiciado-pela-morte-da-estudante-maria-eduarda-no-rio.ghtml>

<sup>15</sup>O conceito de Educação Integral é da educação deve ser capaz de garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões e não apenas a intelectual. Envolve no processo crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

<sup>16</sup>Nações Unidas. 2020. “ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes”. <https://nacoesunidas.org/tema/ods16/>

Nações e na Resolução 2250<sup>17</sup> do Conselho de Segurança da ONU. É garantido também no direito pátrio os direitos das juventudes de desenvolverem seu pleno potencial.

É valioso pensar o impacto da ação do Estado no enfrentamento a violência urbana, pois embora não seja o único perpetrador<sup>18</sup>, tem um papel central na situação, sendo responsável por mais de um terço das mortes violentas no Rio de Janeiro, e por ter a obrigação legal (art. 227, caput, CRFB/88), e o poder de implementar soluções. Direitos humanos, sintetizados na educação nesta análise precisam ser considerados na formulação dessas políticas, e nos níveis atuais, os danos colaterais não podem ser tidas como aceitáveis. Com a expansão das milícias<sup>19</sup> e organização das facções criminosas<sup>20</sup> é essencial colocar no centro do debate um modo de garantir a segurança pública focada em resultados que sejam pautados nos direitos humanos.

---

<sup>17</sup> Youth 4 Peace. UNSCR 2250. Introduction. <https://www.youth4peace.info/UNSCR2250/Introduction>

<sup>18</sup>Nexo Jornal. 2019. ``O que marca o recorde de letalidade policial no Rio de Janeiro``. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/26/O-que-marca-o-recorde-de-letalidade-policial-no-Rio-de-Janeiro>

<sup>19</sup>Folha de São Paulo. Milícias superam o tráfico e controlam mais da metade do território no Rio, indica estudo. Outubro, 2020: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/milicias-superam-o-traffic-e-controlam-mais-da-metade-do-territorio-no-rio-indica-estudo.shtml>

<sup>20</sup>A definição formal de facção é a reunião daqueles que causam perturbação à ordem pública ou têm propósitos ilícitos, no caso a venda de drogas e o controle do território na qual ela ocorre.

## Seção I - A ADPF 635 e o limite da ação estatal na Segurança Pública

Não houve ainda decisão definitiva na ADPF. O objeto do presente trabalho se limita ao debate levantado em sede de pedido de medida cautelar expedida pelo Ministro Relator Edson Fachin, e devidamente referendada pela maioria<sup>21</sup> do Supremo Tribunal Federal, determinando a vedação de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro, e garantindo uma proteção especial às escolas. A vedação prevê excepcionalidades, devidamente justificadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e que nas hipóteses extraordinárias fossem adotados pela autoridade competente cuidados e protocolos determinados pela Corte. Tais medidas visam reduzir a exposição e limitar o risco à população e evitar que serviços públicos e humanitários sejam afetados. O pedido liminar foi realizado pelo PSB em Maio de 2020, devido ao crescimento<sup>22</sup> de operações policiais em um contexto de extrema vulnerabilidade agravado pela pandemia.

A relevância do caso está não apenas na decisão que é extremamente relevante para o debate da limitação da atuação policial, mas principalmente no fato da argumentação da Corte endereçar o impacto desproporcional da política de segurança pública em direitos humanos. A proteção de direitos econômicos, culturais e sociais, com um foco especial na educação, enquanto um limitador da ação estatal pode consolidar um relevante precedente no avanço dos direitos humanos de segunda geração<sup>23</sup>.

A Sessão ocorreu através do Plenário Virtual, tendo durado do dia 26/6/2020 a 4/8/2020. A decisão ocorreu nos termos do voto do Relator, tendo restado vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux. Reforçando a complexidade e relevância social da emblemática, figuraram como Amicus Curiae organizações reconhecidas pelo seu papel institucional e local na defesa dos direitos humanos, como a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a Educafro - Educação e Cidadania de Afro-descentes e Carentes, a Justiça Global, a Associação dos Direitos Humanos em Rede, Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, Movimento Negro Unificado, Instituto de Estudos da Religião (ISER), Conselho Nacional

---

<sup>21</sup>Acompanharam o voto do Ministro relator os Ministros Dias Toffoli (Presidente), Min. Celso de Mello, Min. Marcos Aurélio, Min. Gilmar Mendes, Min. Ricardo Lewandowski, Min. Carmém Lúcia, Min. Rosa Weber, Min. Roberto Barroso, restando vencidos os Min. Alexandre de Moraes e Min. Luiz Fux.

<sup>22</sup> El País. Mortes em operações policiais aumentam no Brasil, apesar da quarentena. Junho, 2020. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-02/mortes-em-operacoes-policias-aumentam-no-brasil-apesar-da-quarentena.html>

<sup>23</sup>São de segunda geração os direitos sociais como acesso à educação, saúde, moradia, transporte e seguridade social bem como os direitos econômicos, como acesso ao trabalho e renda e os direitos culturais. Historicamente foram consolidados no período do pós-guerra (1914-1918) com o surgimento do Estado Social.

dos Direitos Humanos (CNDH), o Município de Angra dos Reis, Movimento Mães de Manguinhos, Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. São entidades que trazem para a ação e também para o presente trabalho valiosas e relevantes informações coletadas, tratadas e apresentadas sob um crivo de representatividade temática material e especial.

### **1.1 - A questão jurídica:**

A ADPF foi impetrada perante o Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido político com representação no Congresso Nacional, em novembro de 2019, pleiteando que fosse distribuída por dependência ao Min. Edson Fachin devido a sua relatoria na ADPF nº 594, que também trata da violência no Rio de Janeiro, embora apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

É uma Ação do Controle Concentrado que assim como outros remédios têm sido cada vez mais utilizados por legitimados sociais e políticos para submeter ao Judiciário atos e políticas do poder executivo que acreditam violar ou ameaçar direitos, conforme determina o mandamento constitucional previsto no art. 5º, XXV da CRFB/88 que garante que nenhuma lesão de direito será impedida de ser submetida à apreciação do Judiciário.

Entretanto, tratando-se de controle concentrado<sup>24</sup>, é fundamental averiguar a legitimidade da parte, a admissibilidade do pleito e o cabimento da ação. Importante esclarecer que a ADPF, prevista no art. 102, § 1º, da CF/88 e regulamentada pela Lei 9.882/99, é uma ação constitucional, regida pelo princípio da subsidiariedade nos termos do art. 4º, § 1º da lei. De acordo com a doutrina e jurisprudência ela permite que atos do Poder Público nos quais não haja outro mecanismo para fazer sanar a violação ou ameaça sejam objeto do controle concentrado de constitucionalidade.

*“13. Princípio da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei no 9.882/99): inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, compreendido no contexto da ordem constitucional global, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma*

---

<sup>24</sup>“O papel mais relevante do Supremo Tribunal Federal (STF) no sistema de equilíbrio entre os três Poderes da República é o de responsável pela verificação da conformidade das leis e dos atos normativos com a Constituição da República. Por meio do chamado controle concentrado, a Corte pode declarar a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade de normas, o descumprimento de preceito fundamental previsto na Carta de 1988 e a omissão na criação de norma que torne efetiva regra constitucional.” Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=435436>

*ampla, geral e imediata. 14. A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva desta ação.”*

STF. ADPF nº 33, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 27/10/2006.

Pelo exposto, é importante destacar que não é óbice à propositura a existência da Ação Civil Pública<sup>25</sup> de autoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que tem por objeto as violações na comunidade da Maré, como alegado o Governo do Rio de Janeiro em sua preliminar de contestação, e outras ações que também visam questionar legalmente abusos na Segurança Pública.

No que tange a forma o impetrante, enquanto Partido Político com representação no legislativo federal, é legitimado universal nos termos do art. 2º, I, da Lei nº 9.882/1999 c/c art. 103, VIII, CRFB/88. Quanto ao mérito, é necessário comprovar quais atos do Poder Público estejam lesando ou ameaçando lesar um preceito fundamental, e que inexistam outros instrumentos eficazes. Na ausência de determinação legal sobre o que ou quais são os preceitos fundamentais, são a doutrina e jurisprudência as responsáveis pela definição, considerando como preceito os direitos fundamentais; os fundamentos e os objetivos da República.

## **1.2 -Os preceitos fundamentais, da constituição aos compromissos internacionais:**

O PSB submete à Suprema Corte não apenas o Decreto Estadual nº 27.795/2001 e o Decreto Estadual nº 46.775/2019, mas também a Política de Segurança Pública de uma maneira ampla, não se limitando aos atos normativos. São questionados também a política, o protocolo de uso da força, a letalidade policial, o impacto em direitos humanos de primeira e segunda geração, a falta de responsabilização dos agentes e o impacto desproporcional em grupos vulneráveis. No pedido existe a cumulação objetiva de pedidos de declaração de inconstitucionalidade das normas, mas também de determinação de alterações nas políticas adotadas pelos órgãos de segurança pública e da Justiça Estadual.

---

<sup>25</sup>Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro x Estado do Rio de Janeiro. Processo n.º 0215700-68.2016.8.19.0001.

O controle judicial que busca promover e proteger direitos econômicos, sociais e culturais não é novo. Por sua natureza positiva, necessitam da atuação estatal, trazendo para o debate do controle judicial a legitimidade democrática e a expertise técnica. Mas até mesmo a liberdade de agir do poder executivo encontra na Constituição Federal seus limites e nortes. E na argumentação da petição inicial são expostos fatos e dados suficientes para comprovar o descumprimento dos preceitos constitucionalmente previstos: direito à vida (art. 5º, caput); direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem (art. 5º, X). Na esfera jurídica internacional estão protegidos o direito à vida, protegido no art. 4º do Pacto de São José da Costa Rica e art. 6º do Pacto de Direitos Civis e Políticos, o direito às garantias judiciais no art. 8º do Pacto de São José e art. 14 do Pacto de Direitos Civis e Políticos.

Os fatos apresentados pelo impetrante foram tidos como suficientes para comprovar indícios de violações à dignidade da pessoa humana, igualdade, vida, direito à segurança, a inviolabilidade do domicílio, e o direito de crianças. Os impetrantes apresentam, inclusive, como a violência impacta esse direito de crianças e adolescentes (art. 53, Lei nº 8.069/1990) e jovens (art. 7, Lei nº 12.852/2013), que são seus principais titulares, para pautar o limite das ações e omissões do Estado (art. 24, IX, CRFB/88).

A narrativa e as escolhas políticas sobre segurança pública e enfrentamento à criminalidade, que se personificam em medidas executivas e normativas orientadas por uma lógica bélica de repressão, precisa encontrar na própria lei os seus limites. E a situação das medidas de segurança pública no Rio de Janeiro são violações sistêmicas, mantidas por ações e omissões do poder público do Rio, o que legitima a ação do Judiciário para a legitimidade de sua intervenção em matéria de política pública. É um desafio estrutural, que nesse aspecto, se assemelha muito às violações do sistema penitenciário, tratado como Estado de Coisas Inconstitucional<sup>26</sup> pela Suprema Corte no âmbito da ADPF no 347.

A construção de uma política que resulte no recrudescimento da violência policial é resultado de um discurso problemático que relativiza o direito humano mais básico que é o direito à vida, e a uma vida que seja digna. São direitos que não podem, no Estado Democrático de Direito, sofrer restrição ou limitação. Não são derogáveis, logo não se pode permitir que autoridades adotem como narrativas oficiais um discurso político beligerante de

---

<sup>26</sup> Cf. Carlos Alexandre de Azevedo Campos. Estado de Coisas Inconstitucional. Salvador: JusPodivm, 2016.

incentivo e complacência com a letalidade policial, que considerem as mortes de civis enquanto meros danos colaterais.

*“O estímulo oficial do que parece ser uma política deliberada de atirar para matar no contexto de esforços antidrogas e antcrime foi supostamente expressado em recentes declarações públicas do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (...) Pedimos ao governo que alinhe sua legislação local aos parâmetros internacionais [de direitos humanos], em especial as preocupantes práticas ou políticas de segurança pública que incidem sobre suspeitos de crimes, incluindo afrodescendentes”, esclarece o documento em outro trecho.”* Relatora das Nações Unidas e Secretaria Executiva da Comissão Inter Americana em nota conjunta ao Governador do Rio de Janeiro

Uma relevante fonte de direito para o caso, de acordo com o Ministro Fachin, é o caso da Favela Nova Brasília, na comunidade da Maré reconheceu a falha do Estado Brasileiro, pois o Estado do Rio de Janeiro falhou no compromisso de reduzir a letalidade dos agentes de segurança.

*“Note-se que a decisão da Corte tem força jurídica vinculante e obrigatória, cabendo ao Estado seu imediato cumprimento. Se a Corte fixar uma compensação à vítima, a decisão valerá como título executivo, em conformidade com os procedimentos internos relativos à execução de sentença desfavorável ao Estado. Contudo, repita-se, é necessário que o Estado reconheça a jurisdição da Corte, já que tal jurisdição é apresentada sob a forma de cláusula facultativa”* Flávia Piovesan (2018).

E o Brasil, através do Decreto Legislativo n. 89/98, reconheceu a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos termos do §1º do art. 62 da CADH, para apreciar todos os casos de violações de direitos humanos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>27</sup>. Logo, é legalmente obrigado a cumprir as

---

<sup>27</sup> Convenção Americana. Organização dos Estados Americanos. oas.org. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 14 Dec. 2020.

decisões e observar as recomendações feitas pela Corte e Comissão no Caso Favela Nova Brasília, no Relatório n. 141/11<sup>28</sup>, tratando dos Casos<sup>29</sup> 11.566 e 11.694 da Comissão.

Não se pode ignorar também o que está cristalizado nos “Princípios Básicos sobre o Emprego da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Encarregados de Aplicar a Lei”<sup>30</sup>, e o Protocolo de Minnesota<sup>31</sup> que trata sobre a responsabilização de agentes por mortes que possam ser ilegais. Na jurisprudência internacional temos também o caso *Yasa v. Turquia*<sup>32</sup>, da Corte Europeia de Direitos Humanos, e no âmbito da Organização dos Estados Americanos os casos<sup>33</sup> *Las Palmas*, *Zambrano Vélez*, “*Massacre de Mapiripán*”, *Almonacid Arellano*, e *Sétimo Garibaldi*.

### **1.3 - O direito à educação no Brasil: do Sistema de Educação aos desafios no território em conflito.**

É importante compreender que no Brasil o direito à educação se concretiza com o acesso à unidade escolar. O alcance de iniciativas de novas formas de educação e espaços inovadores de ensino não alteraram o papel central que o espaço físico representa. No contexto da pandemia do COVID-19 essa realidade ficou ainda mais clara<sup>34</sup>, a vedação ao acesso escolar significou para milhares de alunos limitação do acesso ao direito à educação.

---

<sup>28</sup>Relatório de Mérito. Casos 11.566 E 11.694. Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e Outros. Disponível em: <https://summa.cejil.org/pt/document/mdpk7vb6auugposd8lknprnwm?page=1>

<sup>29</sup>Apresentado pelo CEJIL e pela Human Rights Watch Americas, Os casos versam sobre falhas e mora na investigação e punição dos responsáveis pelas execuções extrajudiciais de 26 pessoas no âmbito das incursões policiais feitas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1994 e em 8 de maio de 1995 na Favela Nova Brasília.

<sup>30</sup>Adotados por consenso em 7 de setembro de 1990, por ocasião do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/principios\\_basicos\\_arma\\_fogo\\_funcionarios\\_1990.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/principios_basicos_arma_fogo_funcionarios_1990.pdf)

<sup>31</sup>O Protocolo estabelece as diretrizes para a investigação de homicídios em todo o mundo, exigindo investigações rápidas, eficazes e completas, bem como imparciais e transparentes. É destinado a agentes estatais, médicos, advogados, sociedade civil e outros atores envolvidos em homicídios potencialmente ilegais.

<sup>32</sup>Caso que trata de privação do direito a vida de maneira ilegal e do dever de investigar e responsabilizar agentes estatais que o cometem, nos termos do art. 2º e 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Disponível em: [https://www.hr-dp.org/files/2013/09/09/CASE\\_OF\\_YASA\\_v.\\_TURKEY\\_.pdf](https://www.hr-dp.org/files/2013/09/09/CASE_OF_YASA_v._TURKEY_.pdf)

<sup>33</sup>Conjunto de casos apresentados pelo Ministro Relator em seu voto que tratam da obrigação do Estado Brasileiro perante o Sistema Internacional em agir para responsabilidade em investigar, punir e reparar vítimas de violações.

<sup>34</sup> Agência Senado. DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante a pandemia. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia> Acesso em: 14 de Novembro.

Nas submissões<sup>35</sup> feitas pelo Brasil ao Comitê de Direito Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, o ECOSOC, ao relatar seus esforços na implementação do direito à educação foi exatamente essa abordagem adotada pelo país: a expansão da rede de escolas e foco na alfabetização da maioria da população. Logo, para pessoas que dependem do serviço educacional público, em sua maioria pobres, o direito à educação se manifesta no território, que por sua vez pode alterar profundamente o formato, a qualidade e a constância do acesso.

A guerra às drogas está no centro da lógica de enfrentamento das forças de segurança e nas operações táticas, sendo o controle territorial por grupos armados dimensão central da Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro. Tal realidade, de enfrentamento armado como constante, acaba por colocar a escola e a educação também no meio do conflito armado. A falta de uma abordagem, protocolo ou proposições de políticas que considerem esse conjunto fático mantém o ciclo de violência.

De acordo com dados do Governo do Rio de Janeiro, apresentados em sede de contestação<sup>36</sup> pela Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (SEPOL), são 1.779 escolas inseridas em localidades influenciadas por grupos criminosos. Sendo tais territórios comandados em maioria pelo Comando Vermelho e Milícias. Estima-se que mais de meio milhão de alunos têm suas aulas em estabelecimentos de ensino inseridos em territórios comandados por grupo criminosos<sup>37</sup>.

Dessa forma, quanto maior a extensão dos conflitos no território maior é a exposição das diversas escolas no território. Contudo, esse cenário produz uma combinação letal e alheia aos controles normativos. Uma perigosa falha de protocolo são operações realizadas em horário escolar. O impacto é direto em cerca de 655 mil alunos<sup>38</sup>. Em 2017<sup>39</sup> uma em cada três escolas precisou fechar devido a conflitos armados. Enquanto um direito de todos e dever do Estado e da família conforme disposição do Capítulo III, art. 205, a obrigação constitucional

---

<sup>35</sup> A expansão da rede de escolas públicas com foco nas regiões rurais e populações periférica e o esforço de alfabetização da população aparece como aspecto central das Revisões Periódicas I, II e III da Implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais nos termos do 16 e 17 do Pacto.

<sup>36</sup> SPOL. SSPIO. Petição de dados da polícia civil. Agosto, 2020. Gráfico 05 e 06

<sup>37</sup> SPOL. SSPIO. Petição de dados da polícia civil. Agosto, 2020.

<sup>38</sup> SPOL. SSPIO. Petição de dados da polícia civil. Agosto, 2020

<sup>39</sup> “Uma em cada três escolas municipais do Rio fechou por causa de tiroteios no ano passado”. G1, 09 de agosto de 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/09/uma-em-cada-tres-escolas-municipais-do-rio-fechou-por-causa-de-tiroteios-no-ano-passado.ghml>. Acesso em: 12 de Novembro de 2020.

de garantir a educação é derivada também de tratados internacionais de direitos humanos. O fornecimento desse serviço público foi regulamentado com a Lei nº 9.394/96<sup>40</sup> de 20 de dezembro de 1996, enquanto serviço essencial ao desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade de maneira geral, nos termos do Art. 227, CRFB/88.

Na esfera infraconstitucional temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, dispondo sobre o dever de educar do Estado, e os parâmetros para a efetiva prestação do serviço público de educação. O Estado é responsável, nos termos do art 4º da referida lei, pelo fornecimento do ensino base, nos níveis fundamental e médio, na rede pública, de maneira gratuita, para cidadãos dos 4 aos 17 anos de idade e adultos que não tenham se formado no tempo correto, tornando o ensino base um direito humano exigível até mesmo perante ao judiciário. A definição normativa de educação está prevista na LDB:

*Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. LDB*

E para efetivá-la, na repartição das competências, cabe ao Município oferecer o ensino fundamental e a educação infantil, e aos estados o ensino fundamental e o ensino médio, de acordo com a previsão do art. 211, parágrafo 2º e parágrafo 3º, respectivamente. Na cidade do Rio de Janeiro, a rede municipal conta com um total de 641.564 alunos devidamente matriculados no sistema municipal de educação. Para o Ensino Fundamental são oferecidas 430.272 vagas. De acordo com o site da Secretaria Municipal de Educação<sup>41</sup> o Rio de Janeiro tem 1.542 unidades de educação em funcionamento, sendo 221 unidades exclusivas de Ensino Fundamental II e 546 com unidades com mais de uma modalidade.

E para alcançar todos esses fins não é suficiente qualquer acesso, é importante o acesso à educação de qualidade. Termo com ampla e discricionária definição que é balizado por provas e indicadores estabelecidos pelo Ministério da Educação, através do Instituto

---

<sup>40</sup>Brasil. Lei das Diretrizes Básicas da Educação. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

<sup>41</sup>Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação - SME. Educação em Números. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros> Acesso em: 20 de maio de 2020.

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e aplicados em toda a rede pública de educação de ensino base<sup>42</sup>.

É claro que a determinação direta da educação enquanto um direito gera implicações práticas muito complexas, com diversas relações jurídicas entre pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, em vulnerabilidade ou não. E a instrução das pessoas não é um fim em si próprio, sendo intrínseco a outros bens jurídicos como essencial ao desenvolvimento humano, inclusão social e econômica, superação de marginalizações sociais e históricas e a construção de uma sociedade mais desenvolvida. É o entendimento também defendido pelo ilustre Ministro Decano Celso de Mello:

*“É mais abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualificar o educando para o trabalho; (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático”. Celso de Mello (MELLO, 1986. p. 533)*

Adotar medidas para garantir a existência e manutenção de instituições de ensino e assegurar que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso à educação básica, que compreende o período da formação infantil ao ensino médio, perpassam a observância constitucional, mas também dos tratados internacionais de direitos humanos, sendo o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n° 4 da Agenda 2030<sup>43</sup>.

Mas na prática a situação é desafiadora. O relatório da Agência das Nações Unidas para Infância e Adolescência apresenta com preocupação o dado que 30 crianças e adolescentes são assassinados por dia no país<sup>44</sup>, tornando-o um dos territórios mais violentos do mundo para esse eixo populacional.

---

<sup>42</sup>O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>

<sup>43</sup>Direciona aos países membros que: assegurem a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

<sup>44</sup>UNICEF, Homicídios de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes> Acesso em 18 de Maio de 2020

De acordo com pesquisa do Banco Mundial<sup>45</sup>, os principais obstáculos para manter os jovens na escola são (i) a dificuldade de incutir neles um sentimento de pertencimento social e criação de perspectiva para que se dediquem à preparação para ocupar oportunidades disponíveis no mercado de trabalho e (ii) a dificuldade do poder público de implementar programas de apoio ou de mentoria para ajudar esses jovens a lidar com as dificuldades associadas ao cumprimento de objetivos e superação dos desafios pessoais, familiares e sociais.

---

<sup>45</sup>Jornal O Globo. Março, 2018. Pesquisa mostra o que leva os jovens a abandonarem estudos e trabalho. <https://oglobo.globo.com/economia/pesquisa-mostra-que-leva-os-jovens-abandonarem-estudos-trabalho-224940>

## Seção II - A violência e o direito à educação no Rio de Janeiro

O controle territorial é uma dimensão central da Segurança Pública fluminense (RAMOS, 2020). Milícia, Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro e Amigo dos Amigos são os principais grupos armados que atuam no estado, e tornam a dinâmica da criminalidade do Rio extremamente complexa. De acordo com o levantamento<sup>46</sup> do Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, tais grupos controlam 25,5 % dos bairros. Na dimensão territorial detém o controle de 57,5% da superfície carioca, onde habitam 33,1 % da população.

**Número de Bairros, extensão e população sobre controle de grupos armados na cidade do Rio de Janeiro em 2019**

Cidade do Rio de Janeiro		Número de bairros sob controle	Extensão do controle territorial (km2)	População sob controle
Milícia	abs. %	41 25,5	686,75 57,5	2.178.620 33,1
Comando Vermelho	abs. %	39 24,2	136,20 11,4	1.198.691 18,2
Terceiro Comando	abs. %	13 8,1	43,76 3,7	337.298 5,1
Amigo dos Amigos	abs. %	3 1,9	3,82 0,3	48.218 0,7
Em disputa	abs. %	52 32,2	300,69 25,2	2.659.597 40,4
Sem denúncias	abs. %	13 8,1	22,91 1,9	156.441 2,4

Fonte: Disque Denúncias - Organização: Fogo Cruzado, GENI-UFF, NEV-USP, Pista News

O fortalecimento das Milícias no Rio de Janeiro é um fenômeno que não pode passar despercebido. Essa organização criminosa é constituída por agentes estatais na ativa, reserva ou aposentados, como policiais, bombeiros e agentes penitenciários. Seu franco crescimento na região metropolitana do Rio de Janeiro data de 2000, com o seu fortalecimento<sup>47</sup> através da oferta de serviços de comunicação, internet e TV a Cabo e controle de serviços de segurança em troca de pagamento. Pela proximidade com o Estado devido às forças policiais, bem como em relação a classe política, existe certo grau de tolerância no seu combate e há também

<sup>46</sup>Idealizadores: Fogo Cruzado, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Disque-Denúncia e a plataforma digital Pista News. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapa-grupos-armados-rio-de-janeiro/>

<sup>47</sup>ALERJ. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2008.

narrativa de autoridades públicas e especialistas que minimizam seu papel enquanto violador de direitos<sup>48</sup>.

O Governo do Rio de Janeiro, junto a sua contestação, submeteu também relatório elaborado pela Secretaria de Estado de Polícia Civil, no qual apresenta a necessidade de enfrentar o tráfico e que a limitação ao redor de instituições de ensino seria um verdadeiro estímulo ao tráfico em utilizar tais áreas de maneira tática para o cometimento de crimes, homicídios, tráficos de drogas e guarda de carga roubada.

Dois pontos são importantes para analisar tal argumento. Primeiro é que a vedação ao conflito armado direto que coloque escolas e comunidades escolares em situações de risco não é uma vedação ao trabalho da polícia. Ademais, a determinação exarada pelo Supremo não é sobre não agir, mas sim sobre garantir que a atuação seja pautada nos critérios de performance estabelecidos pelas normas nacionais e internacionais. O monopólio da força do Estado não permite excessos, sendo necessário que seja passível de responsabilização

A atuação da polícia, para ser eficiente<sup>49</sup>, precisa da conjugação de fatores, começando com a investigação, o trabalho de inteligência enquanto um processo diligente na sistematização e análise de informações para a elaboração de planejamento tático que minimize danos e riscos, nas operações no tanto para prisões quanto apreensões<sup>50</sup>. A Segurança pública é uma política moldada por escolhas de tomadores de decisão políticos e agentes, mas a discricionariedade está limitada pelo Direito.

*5. Sempre que o uso legítimo da força e de armas de fogo for inevitável, os responsáveis pela aplicação da lei deverão:*

- (a) Exercer moderação no uso de tais recursos e agir na proporção da gravidade da infração e do objetivo legítimo a ser alcançado;*
- (b) Minimizar danos e ferimentos, e respeitar e preservar a vida humana;*
- (c) Assegurar que qualquer indivíduo ferido ou afetado receba assistência e*

---

<sup>48</sup>VALOR, Globo. Próxima do poder, milícia torna-se desafio maior que o tráfico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/05/15/proxima-do-poder-milicia-torna-se-desafio-maior-que-trafico.g.html>. Acesso em: 15 de Outubro de 2020

<sup>49</sup>Portaria PCERJ nº 832 de 02 de janeiro de 2018. Art. 1º - As operações policiais realizadas no âmbito da Polícia Civil e por seus agentes deverão ser pautadas, sempre, pelas normas constitucionais, pelas leis federais e estaduais e pelas demais normas aplicáveis à matéria, além de priorizar a salvaguarda dos princípios dos Direitos Humanos de todo e qualquer indivíduo.

<sup>50</sup>Portaria PCERJ nº 832 de 02 de janeiro de 2018. Art. 6º - As Operações Policiais programadas e as emergenciais, estas últimas quando possível, devem ser precedidas da devida análise do perímetro onde serão desenvolvidas, de modo a auxiliar no processo decisório, buscando o estudo sobre sua geografia, em seus aspectos humanos e topográficos, com base nos sistemas de informação geográfica, e demais ferramentas tecnológicas correlatas, identificando vias de entrada e saída, estabelecimentos de ensino, como creches e escolas, hospitais e/ou postos de saúde, asilos, e outros locais sensíveis que necessitem ser resguardados.

*cuidados médicos o mais rápido possível;*

*(d) Garantir que os familiares ou amigos íntimos da pessoa ferida ou afetada sejam notificados o mais depressa possível.*

Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.

## **2.1 - Da proteção especial do menor e das instituições de ensino:**

A doutrina<sup>51</sup> do direito internacional caminha no sentido de compreender que não existe exclusão ou derrogação da aplicação dos Direitos Humanos. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) foi adotado em 1966 e o Brasil o ratificou em 1992, avançando no compromisso de efetivar as previsões da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>52</sup> e pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948<sup>53</sup>.

E desde a Emenda Constitucional nº 45/2004 que alterou o § 3º do Art. 5º da CRFB ficou determinado que "tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Logo, tal determinação confere ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais caráter supralegal<sup>54</sup>. Sobre o tema, em seu voto o Ministro Relator indica a importância de esclarecer que a retórica beligerante adotada pelo Estado, conclamando uma verdadeira guerra ao tráfico, com táticas e técnicas de conflito armado, não é suficiente para que sejam derogados os compromissos internacionais do Brasil. A privação do direito a vida para que não seja ilegal exige<sup>55</sup> a proporcionalidade do uso da força e razoabilidade.

---

<sup>51</sup>O entendimento da Corte Internacional de Justiça expresso na Opinião Consultiva de Armas Nucleares e na Opinião Consultiva sobre o Muro Palestino, indica a rejeição de uma ideia de exclusividade de aplicação do direito humanitário, mesmo que haja um conflito armado. É essencial observar o direito internacional dos direitos humanos. A CIJ também aponta que o DIH continua a ser aplicado mesmo em conflitos armados que cruzam as fronteiras (conflitos interestatais).

<sup>52</sup>Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo XXVI - Direito à instrução. ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

<sup>53</sup>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao\\_Americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm)

<sup>54</sup>No sentido que entendeu o STF também no julgamento do RE nº 466.343. São Paulo. Ministro Relator Cezar Peluso.

<sup>55</sup>É referência internacional sobre a privação do direito à vida, o que preceitua Art. 2º, 1 e 2 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Aos Estados partes dos tratados dos direitos humanos, e membros da comunidade internacional, se aplicam os direitos humanos, costumeiros ou pactuados, mesmo em situações da aplicação do direito humanitário. A jurisprudência da Corte Interamericana no caso *Zambrano Vélez et al. vs. Equador*<sup>56</sup>, foi clara no entendimento que o conflito não é razão para ignorar direitos humanos, pois a obrigação de prevenir e proteger os direitos humanos também emergem do direito humanitário<sup>57</sup>.

E no caso concreto temos a educação e o direito das crianças e adolescentes como um exemplo claro. A Convenção de Direitos das Crianças<sup>58</sup> cristaliza a proteção das escolas, tornando-as, legalmente, territórios que precisam ser protegidos do dano armado. É proteção que tem como um dos pilares a Convenção de Haia de 1907, que desobstrui o caminho para a paz ao proteger e permitir à educação das crianças, preservando sua vida e garantindo que possam ter uma chance mínima de desenvolvimento social. Tal compromisso internacional caminha no mesmo sentido do art. 227, CRFB/88.

*“Condenando a utilização de crianças como alvo em situações de conflitos armados, bem como os ataques diretos contra objetos protegidos por legislação internacional, inclusive locais em que geralmente há grande presença de crianças, tais como escolas e hospitais.”* Preâmbulo da Convenção de Direitos das Crianças

E por entender que há desproporcionalidade do impacto nas escolas, a Corte decidiu limitar operações policiais em perímetro escolares, com creches, hospitais e postos de saúde, exigindo os seguintes protocolos:

*(i) a absoluta excepcionalidade da medida, especialmente no período de entrada e de saída dos estabelecimentos educacionais, devendo o respectivo comando*

---

<sup>56</sup> Sentença de 04.07.2007.

<sup>57</sup> “O Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas que procura limitar os efeitos de conflitos armados. Protege as pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades, e restringe os meios e métodos de combate.” Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5tndf7.htm#:~:text=O%20Direito%20Internacional%20Humanit%C3%A1rio%20%C3%A9,meios%20e%20m%C3%A9todos%20de%20combate>. Acesso em: 8 de novembro de 2020.

<sup>58</sup> Adotada pelo Brasil através Decreto N° 99.710 de 21 de novembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em: 14 Dec. 2020.

*justificar, prévia ou posteriormente, em expediente próprio ou no bojo da investigação penal que fundamenta a operação, as razões concretas que tornaram indispensável o desenvolvimento das ações nessas regiões, com o envio dessa justificativa ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em até 24 horas; (ii) a proibição da prática de utilização de qualquer equipamento educacional ou de saúde como base operacional das polícias civil e militar, vedando-se, inclusive, o aseamento de recursos operacionais nas áreas de entrada e de saída desses estabelecimentos; e (iii) a elaboração de protocolos próprios e sigilosos de comunicação envolvendo as polícias civil e militar, e os segmentos federal, estadual e municipal das áreas de educação e de saúde, de maneira que os diretores ou chefes das unidades, logo após o desencadeamento de operações policiais, tenham tempo hábil para reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade<sup>59</sup>.*

## **2.2 - Da desproporcionalidade do impacto e afronta a igualdade:**

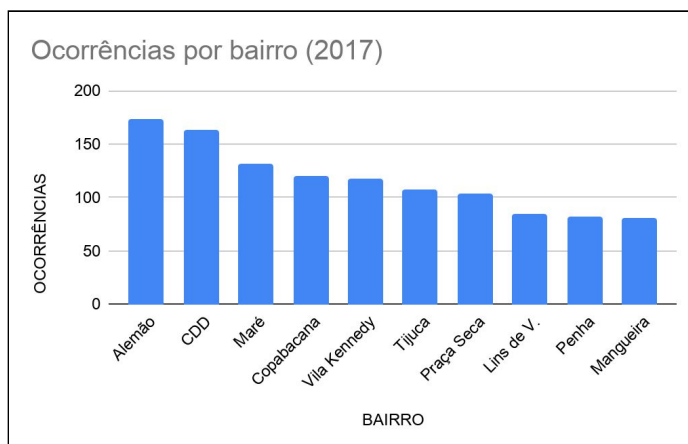
A preocupação do Ministro Relator Fachin se justifica pelas informações apresentadas pelos amigos da corte, com dados quantitativos e qualitativos que dão forma às violações das normas nacionais e internacionais do território. De acordo com levantamento da plataforma Fogo Cruzado ocorreram 3.591 tiroteios na cidade do Rio de Janeiro, só no intervalo de Janeiro a Dezembro de 2017<sup>60</sup>. A Zona Norte é a região da cidade do Rio de Janeiro mais marcada pelo conflito. Os territórios Complexo do Alemão e Cidade de Deus tiveram a maior concentração de ocorrências. É um fato que mostra essa forma de violência como fenômeno endêmico, capaz de ser geolocalizado (IGARAPÉ, 2020).

---

<sup>59</sup>Voto do Ministro Relator deferindo o pedido formulado na alínea “g” a fim de determinar o acima citado.

<sup>60</sup>Fogo Cruzado. Ranking de tiroteios/disparos de arma de fogo - Municípios da Região Metropolitana. 2017. Disponível em: [Mihttps://fogocruzado.org.br/wp-content/uploads/2018/01/infografico.pdf](https://fogocruzado.org.br/wp-content/uploads/2018/01/infografico.pdf)

**Gráfico 1 - Ocorrências por Bairro - Fonte: Fogo Cruzado**



**Gráfico 2 - Ocorrências por mês - Fonte: Fogo Cruzado**



O relatório da plataforma também indica que é nas zonas norte e oeste da cidade que estão concentradas as vítimas fatais em decorrência de balas perdidas e conflito armado. O levantamento da plataforma explicita que as áreas mais afetadas pelos tiroteios, via de regra, são nas quais já existe uma realidade de vulnerabilidade social. É essencial pautar o debate de violência com o auxílio de questões e preocupações da justiça social.

*“Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra.”*

Beltrame, José Mariano. Ex Secretário Estadual de Segurança Pública<sup>61</sup>

O enviesamento racial e social na segurança pública é claro para a população. De acordo com pesquisa<sup>62</sup> realizada pelo instituto Locomotiva e a CUFA em junho de 2020, 94% dos brasileiros estão cientes que pessoas pretas e pardas têm mais chances de serem abordadas de forma violenta e serem vítimas de arbitrariedades pelos agentes e que as operações, frequentemente relacionadas à ideia de guerra às drogas, ocorre em áreas pobres de favelas e periferias, onde mora a população predominantemente negra, ainda que também saibamos que o uso e o comércio de substâncias psicoativas ilícitas não acontece ali com exclusividade.

Ora, como o conflito se manifesta no território não podemos esquecer as dinâmicas que moldam a cidade como a gentrificação<sup>63</sup> e marginalização. Os territórios carregam em si a identidade das comunidades que ali habitam, ao pensar a crescente violência nas favelas e contra os favelados não pode ser feito sem levar em conta que historicamente são áreas da cidade ocupadas por uma população preta e parda, pobre e trabalhadora, e também jovem. As interseccionalidades de raça, idade e classe social tornam essas comunidades mais vulnerabilizadas devido à construção, pelas elites, do imaginário de inimigo social. E esse imaginário está atrelado a narrativa das autoridades e formadores de opinião que reforça estigmas, opera hierarquizações sociais e raciais, oferecendo como resposta para a paz a punição de corpos pretos e controle das favelas (RAMOS,2020).

Uma breve análise do complexo de favelas da Maré, uma das comunidades mais afetadas pelos conflitos armados e com dados sistematizados pela sociedade civil organizada, permite a compreensão do impacto da violência. A Maré é localizada às margens da baía da Guanabara, Zona Norte do Rio de Janeiro, é um complexo constituído por 16 favelas. De acordo com o Censo de 2010 são mais de 130.000 habitantes em todo o complexo, em 2010

---

<sup>61</sup> OAB/RJ. Secretário de Segurança assume tratamento diferente para favelas. Outubro, 2007. Disponível em: <https://www.oabRJ.org.br/noticias/oabRJ-secretario-seguranca-assume-tratamento-diferente-favelas>

<sup>62</sup> Instituto Locomotiva. As faces do racismo. Um levantamento do instituto locomotiva para a central única das favelas. Junho, 2020. Disponível em: [https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/eaab21\\_b58cdbbf6aa34a23a4fcb1cb2fc67717.pdf](https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/eaab21_b58cdbbf6aa34a23a4fcb1cb2fc67717.pdf)

<sup>63</sup> RODRIGUES, Sérgio. Gentrificação, o que é isso?. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobrepalavras/gentrificacao-o-que-e-isso/>. Acesso em? 12 de Novembro de 2020.

apresentou baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que o colocou em 123º bairro, entre as 126 áreas administrativas do Rio<sup>64</sup>.

O impacto da violência nesse território tem como exemplo a intervenção militar realizada pelo Governo Federal, iniciada em 5 de abril de 2014. Foi marco nacional, quando as Forças Armadas ocuparam o território com a determinação de pacificar o complexo e viabilizar a implantação da política de unidade pacificadora. A presença de milhares de militares e aparatos de guerras perdurou por 15 meses. Exigindo um investimento de mais de 500 milhões de reais<sup>65</sup>, e foi caso precursor da Intervenção Federal<sup>66</sup> no Estado do Rio de Janeiro em 2018.

A atual situação da latente violência na comunidade ensejou a propositura da Ação Civil Pública<sup>67</sup> ajuizada pela Defensoria Pública do Estado, que teve deferida tutela de urgência pelo juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública, que determinou<sup>68</sup>:

*“que apresente em até 180 dias um plano de redução de riscos e danos para o enfrentamento das violações de direitos humanos decorrentes de intervenções dos agentes de segurança pública no Complexo das Favelas da Maré, necessárias para o cumprimento da lei e de ordens judiciais, bem como para segurança da população, nos termos descritos no item b.1 da petição inicial.”.*

É expressivo o impacto da violência na educação, ao analisar o levantamento publicado no projeto “De Olho na Maré”, uma das iniciativas da ONG Redes da Maré que atua na comunidade com questões de transformação social, paz e justiça. Com monitoramento dos conflitos armados do início da medida até um ano depois, é possível perceber uma redução de 44% da letalidade por arma de fogo, e uma diminuição dos dias de fechamento de escolas (71%) e de postos de saúde (76%).

---

<sup>64</sup>Rio on Watch. Um Mergulho na História: O Nascimento e Formação do Complexo da Maré. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=23997>

<sup>65</sup>CESeC. Maré –Um laboratório para o Rio: A ocupação militar na Maré (2014) e a intervenção federal (2018). Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/participacao/mare-um-laboratorio-para-o-rio-a-ocupacao-militar-na-mare-2014-e-a-intervencao-federal-2018/>

<sup>66</sup>A União publicou o Decreto nº 9288/18 em 16 de fevereiro de 2018 instaurando a intervenção federal, de natureza militar, na segurança pública do estado. Foi a primeira vez que a intervenção ocorreu em um estado federativo desde a Constituição de 1988.

<sup>67</sup>Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro x Estado do Rio de Janeiro. ACP - Processo no 0215700-68.2016.8.19.0001.

<sup>68</sup>Decisão proferida em 27.06.17,

*“A partir da análise de dados referentes a este território, observa-se que caso se mantido o atual padrão de suspensão das atividades nas escolas, um aluno da Maré perderá cerca de 400 dias letivos, o que corresponde 2 anos de aulas. Isso significa dizer que um aluno matriculado nas instituições escolares da Maré estudará 12 anos, ao invés dos 14 previstos pela política nacional de Educação para o ciclo básico. Está cabalmente demonstrado nessa constatação empírica o impacto desproporcional da política de segurança, sofrido pelas crianças e adolescentes domiciliados nas favelas do Rio de Janeiro, e a violação do direito à igualdade como não discriminação.”*

#### MEMORIAIS DOS AMICI CURIAE NA ADPF N.º 635

É um cenário que afronta o princípio de igualdade de condições no oferecimento do ensino a que se refere o Art. 206, II da CRFB/88. Não há como se falar em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Como apresentado pelos Amigos da Corte através de dados empíricos é imenso o dano e impacto vivenciado pelas comunidades e suas populações em desrespeito ao que preceitua a Carta Magna.

### **2.3 - Da desproporcionalidade do impacto em jovens e crianças periféricas:**

O esforço de analisar o impacto da violência na educação é extremamente complexo, pois envolve o aspecto subjetivo que só pode ser dimensionado na individualidade de alunos, professores, técnicos e responsáveis. E o aspecto objetivo, como o rendimento dos alunos em exames nacionais, taxa de retorno, abandono escolar, origem dos alunos, estrutura escolar, formação dos professores e o acesso ao ensino superior não são esquematizadas, muito menos disponibilizadas para pesquisadores<sup>69</sup>. Não há sequer dados oficiais sobre suspensão de dias letivos devido a conflitos armados, apenas levantamentos realizados por organizações da sociedade civil e imprensa<sup>70</sup>.

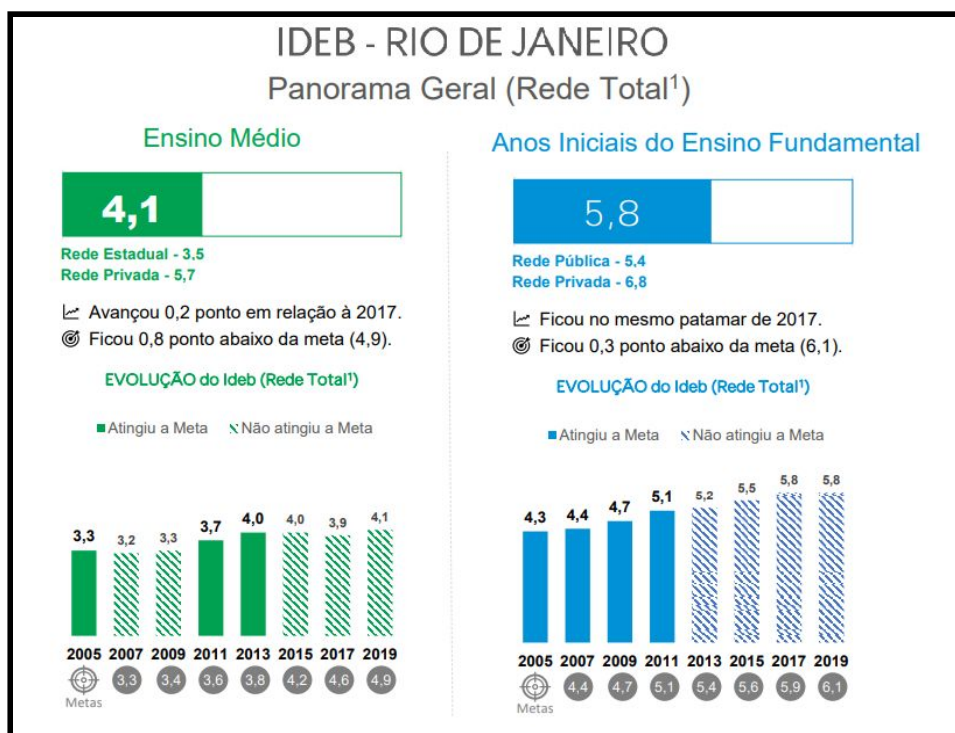
As mais importantes métricas de resultados para avaliar a qualidade do ensino público no Brasil são a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), testes padronizados, com aplicação de questionários econômicos e sociais, com a finalidade de avaliar, em escala nacional, a qualidade do ensino público. As médias de desempenho na

---

<sup>69</sup>Para fins do presente trabalho tais dados foram solicitados à Secretaria Estadual de Educação sob o protocolo de número 12588 em 11/08/2020 às 08:45:52.

<sup>70</sup>Tiroteios interromperam aulas em 92,5% dos dias letivos no Rio até junho de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/tiroteios-interromperam-aulas-em-925-dos-dias-letivos-no-rio-ate-junho-de-2017.ghtml> Acesso em: 22 de Novembro de 2020.

Prova Brasil e no SAEB compõem a base para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).



O índice também considera as taxas de aprovação, ou seja, a capacidade dos alunos em realmente absorver e se manter no ensino. Considerando os resultados recentes desde 2005 até 2019, o Rio de Janeiro se mostra um desafio.

A educação precisa ser pensada como um processo subjetivo, em que as vivências daqueles que estudam são fundamentais para seu progresso. A exposição a violência dentro e fora da escola não é questão lateral, que por si só pode impedir o acesso, permanência e desenvolvimento dos alunos e profissionais de educação.

Mas uma importante análise para compreender parte dos aspectos mais perversos do impacto da violência nos moradores, são os danos colaterais físicos que perpassam pela morte e ferimento de pessoas e o impacto psicológico da exposição à violência. De acordo com resultado de pesquisa McCoy, Raver e Sharkey (2015) ao analisarem o efeito cognitivo-emocional do trauma de exposição à violência em crianças e adolescentes identificaram que pode haver o comprometimento da capacidade de responder a estímulos informativos, e também a capacidade de distribuir atenção para um estímulo resultado de emoção.

*“Social cognition theories suggest that exposure to community violence models violence as an appropriate behavior. Physiologically based theories indicate that children exposed to community violence are less likely to experience arousal during violent acts, which can facilitate their own aggressive behavior. At the same time, youths exposed to community violence are more likely to experience hyperarousal in benign situations that may increase their hostile attribution bias (Dodge & Somberg, 1987). Finally, it is likely that among older children and adolescents a transactional relationship exists by which children with externalizing behaviors place themselves in situations that increase their exposure to community violence (Lynch & Cicchetti, 1998).” (FOWLER, 2009)*

Ou seja, o impacto direto da violência não se restringe às vítimas e aos perpetradores apenas, mas também aos que presenciam e testemunham, e os episódios estão diretamente ligados. Manchetes nacionais e internacionais têm noticiado com comoção os crescentes casos de crianças e jovens que morreram em confrontos. Casos emblemáticos como o do menino Marcus Vinicius<sup>71</sup>, da menina Ágatha<sup>72</sup> e Maria Eduarda<sup>73</sup> são apenas exemplos de uma face cruel da política de segurança que não poupa sequer crianças, negras e periféricas. O que não é um fato isolado, pois de acordo com o levantamento da Plataforma Fogo Cruzado, o número de crianças vitimadas na grande Rio dobrou no primeiro semestre de 2020 em comparação com mesmo período de 2019<sup>74</sup>.

Estudo das Nações Unidas<sup>75</sup> indica que alunos que perderam um dos seus cuidadores, como pais e mães, têm maior chance de abandono escolar. E percebeu que em situações onde há um conflito armado estabelecido, o abandono escolar vulnerabiliza as crianças para se juntar aos grupos armados, dinâmica que perpetua o ciclo da violência. Entrelaçado com esses indicadores está a pobreza.

---

<sup>71</sup>El País. Mãe de jovem morto no Rio: “É um Estado doente que mata criança com roupa de escola”. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951\\_552574.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html). Acessado em: 27/10/2020

<sup>72</sup>El País. Tiro que matou a menina Ágatha partiu de PM “sob forte tensão”, diz inquérito. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574171033\\_166751.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574171033_166751.html) Acessado em: 27/10/2020

<sup>73</sup>G1 Globo. 'É muito doloroso', diz irmã de menina morta baleada dentro de escola no Rio <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/e-muito-doloroso-diz-irma-de-menina-morta-baleada-dentro-de-escola-no-rio.ghtml> Acessado em: 27/10/2020

<sup>74</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/seguranca/audio/2020-07/aumenta-numero-de-crimeas-mortas-por-tiros-na-regiao-metropolitana-do-rio/>. Acessado em 27/10/2020

<sup>75</sup>United Nations. Policy Brief: The Impact of COVID-19 on children. April, 2020. New York.

*“Muito embora os atos narrados devam ser investigados cabalmente, nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes. O fato é indicativo, por si só, de que, mantido o atual quadro normativo, nada será feito para diminuir a letalidade policial, um estado de coisas que em nada respeita a Constituição”* Ministro Fachin em seu voto deferindo a liminar.

A incapacidade de suprir necessidades básicas enquanto indivíduo ou membro da unidade familiar pode se tornar uma barreira para o acesso e permanência na escola. Logo, crianças, adolescentes e jovens de grupos vulneráveis já têm o desafio de escassez de recursos e estímulos, não contam com parentes que tenham alto grau de letramento, e desde muito novos precisam fazer jornadas duplas<sup>76</sup>. Quadro que é agravado pela exposição à violência, e seu profundo impacto na psique do estudante e sua capacidade de aprendizado.

No contexto brasileiro, Monteiro e Rocha (2016) e a Diretoria de Política da FGV (2017), realizaram relevantes pesquisas sobre o impacto de conflitos armados no aprendizado escolar de crianças e adolescentes. Em muitos territórios com grande ocorrência de conflitos existem também a concentração de equipamentos educacionais, e atrelados aos desafios para o rendimento dos alunos e bons resultados das escolas, está o fato do enfrentamento armado alterar a rotina escolar, aumentar a rotatividade dos diretores, e a perda de dias letivos seja pela faltas dos professores ou alunos, ou pelo próprio fechamento da unidade. Os autores, ao analisarem dados de 2003 e 2009, identificaram uma correlação<sup>77</sup> entre o aumento de tiroteios e a redução no aprendizado escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescentes (Lei nº 8.069/1990) garante a todos os brasileiros, de até 18 anos, o direito à educação e ao pleno desenvolvimento com o intuito de formar cidadãos plenos e capazes. O que é uma determinação que tem como óbice a constante suspensão de aulas, a falta de plano estratégico para compensar e repor os conteúdos e garantir que a instituição seja um espaço seguro, que não seja utilizado como base de operações policiais, além é claro da ocorrência de disparos e vitimização no perímetro

---

<sup>76</sup>Agência Brasil. Necessidade de trabalhar é o principal motivo para abandonar a escola. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola> Acesso em: 24 de Novembro de 2020

<sup>77</sup> O estudo analisou o rendimento dos estudantes no exame de matemática da Prova Brasil. A análise dos autores indica que o impacto negativo aumenta devido a variáveis de proximidade das escolas com o conflito, intensidade e duração dos mesmos.

escolar. E pelo exposto, enquanto resultado prático, atual política prática e resultados estão em desalinho com os esforços na esfera internacional, previstos pelas Resoluções nº 1998 (2011) e 2143 (2014), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reforçam a importância de proteger crianças e o direito à educação principalmente em conflitos armados, e zelar pelo respeito aos direitos previstos no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, assim como nas Convenções de Genebra de Agosto de 1949 e seus protocolos adicionais de 1977.

No direito brasileiro, tal desproporcionalidade em grupo vulnerável independe de prova de intenção discriminatória no momento de concepção do ato normativo ou política. A realidade prática pode ser suficiente para tornar a política discriminatória. Esse foi o entendimento adotado também pela Suprema Corte na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.946. Na doutrina, o Ministro Joaquim Barbosa Gomes<sup>78</sup> em sua obra indicou:

*“[...] toda e qualquer prática empresarial, política governamental ou semi governamental, de cunho legislativo ou administrativo, ainda que não provida de intenção discriminatória no momento de sua concepção, deve ser condenada por violação do princípio constitucional da igualdade se, em consequência de sua aplicação, resultarem efeitos nocivos de incidência especialmente desproporcional sobre certas categorias de pessoas.”*

É situação que viola o preceituado no artigo 24<sup>79</sup> da Convenção Americana, que no entendimento da Comissão<sup>80</sup>, estão proibidos “*não apenas as políticas e práticas deliberadamente discriminatórias, mas também aquelas cujo impacto seja discriminatório contra certas categorias de pessoas, ainda quando não se possa provar a intenção discriminatória*”.

A compreensão de um racismo estrutural se torna perceptível quando considerada informação trazido pelo especialistas amigos da Corte e o relatório da da Comissão de

---

<sup>78</sup> Joaquim Barbosa Gomes. Ação Afirmativa e o Princípio Constitucional da Igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

<sup>79</sup> Artigo 24. Igualdade perante a lei. Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei.

<sup>80</sup> Entendimento da Comissão expresso no caso das Crianças Yean e Bosico vs. República Dominicana. Sentença de 8 de Setembro de 2005.

Direitos Humanos da ALERJ em 2019: *“Em boa medida, a barbárie do tempo presente é a ferida aberta por onde explode a herança de desigualdades, injustiças e brutalidades do nosso passado escravocrata, que teima em permanecer atual”*.

É sistêmico o racismo da segurança pública quando é a raça variável predominante na identificação do padrão das vítimas, com interseccionalidades de idade e territórios de favela, como demonstrou o Índice de Vulnerabilidade Jovem<sup>81</sup>. É também a cor da pele uma característica que marca a composição racial da população encarcerada<sup>82</sup>. Razão pela qual durante a Revisão Periódica Universal (RPU)<sup>83</sup> de 2017, o Brasil foi instado a promover a igualdade étnico-racial (Recomendações 31, 50, 51, 138, 162) e aumentar seus esforços na investigação da violência, tomando medidas contra abusos ou poder por parte da aplicação da lei e reduzir ativamente a vitimização da juventude negra e periférica.

No ano de 2012, o Brasil aceitou recomendações dos pares para acabar com as execuções extrajudiciais pelas forças de segurança, garantindo que o uso da força se restrinja ao necessário e proporcional, de acordo com o direito e as normas internacionais

Em comunicado oficial<sup>84</sup> ao Governo do Rio de Janeiro, a Relatora da ONU para Execuções Extrajudiciais, Agnes Callamard, e Maria Claudia Pulido, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, rememoram que as leis e políticas que têm um efeito discriminatório na prática, com impacto dispar em grupos marginalizados, violam o direito internacional dos direitos humanos. No documento enviado, apelou ao Governo para trazer sua legislação nacional em consonância com as normas internacionais a este respeito, especialmente no que diz respeito às políticas ou práticas de segurança pública.

---

<sup>81</sup>UNESCO. Brasil. 2017. Índice mostra a vulnerabilidade dos jovens à violência no Brasil. [http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/index\\_outlines\\_youth\\_violence\\_vulnerability\\_in\\_brazil/](http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/index_outlines_youth_violence_vulnerability_in_brazil/)

<sup>82</sup>MMFDH. Governo do Brasil. Mapa do Encarceramento aponta: maioria da população carcerária é negra. 2015. [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1)

<sup>83</sup>A RPU é verificação pelos países sobre o cumprimento das obrigações e compromissos de Direitos Humanos assumidos pelos Estados-membros das Nações Unidas para garantir sua implementação.

<sup>84</sup> Conectas. ONU e OEA questionam tática de "atirar para matar" de Witzel. Agosto, 2019. <https://www.conectas.org/noticias/onu-e-oea-questionam-tatica-de-atirar-para-matar-de-witzel>

## 2.4 - Do protagonismo das lideranças sociais e da Sociedade Civil Organizada:

A dimensão das violações que as populações e seus territórios são submetidas não pode ser apresentada sem ressaltar os esforços, a luta e o compromisso das lideranças locais. É importante entender que a razão pela qual a ADPF 635 é conhecida como “ADPF das Favelas”<sup>85</sup> é exatamente pelo protagonismo das organizações que foram admitidas como *Amicus Curiae* e demais entidades que apoiaram trazendo dados, narrativas e vivências para subsidiar a propositura da Ação.

*“O amicus curiae revela-se como importante instrumento de abertura do Supremo Tribunal Federal à participação na atividade de interpretação e aplicação da Constituição da República, o que é especialmente marcante nos processos de feição objetiva. (...) Ademais, as entidades solicitantes demonstram possuir a necessária representatividade temática material e especial e, nesse sentido, mostra-se legítima sua intervenção na condição de amicus curiae pela possibilidade de contribuir de forma relevante, direta e imediata no tema em pauta.”* Ministro Relator em Decisão Interlocutória sobre a admissibilidade dos Amici Curiae.

Com trabalhos de muito impacto e resultados, a Educafro - Educação e Cidadania de Afro-descentes e Carentes<sup>86</sup>, a Justiça Global<sup>87</sup>, a Associação dos Direitos Humanos em Rede, Associação Redes de Desenvolvimento da Maré<sup>88</sup>, Movimento Negro Unificado<sup>89</sup>, Instituto de Estudos da Religião (ISER) os Movimento Mães de Manguinhos, Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial precisam ter seus esforços reconhecidos na defesa dos direitos humanos. Através da denúncia de violações e suporte às vítimas, e no empoderamento das favelas e favelados, realizando pesquisas e análises centradas em uma perspectiva comunitária tem colaborado com a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

---

<sup>85</sup>ADPF das Favelas. Vitória do povo negro e das favelas. <https://www.adpfdasfavelas.org>

<sup>86</sup> O objetivo geral da EDUCAFRO é reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, e privadas com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira. <https://www.educafro.org.br/site/>

<sup>87</sup> A Justiça Global é uma organização não governamental de direitos humanos que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. <http://www.global.org.br/>

<sup>88</sup> <https://www.redesdamare.org.br/>

<sup>89</sup> <https://mnu.org.br/>

Sua atuação em rede e em cooperação com instituições públicas de controle externo e defesa da sociedade como a Assembleia Legislativa e Defensoria Pública, é essencial no controle da legalidade e legitimidade do uso da força pelas polícias (Rodrigues e Mota, 2013). A relevância da decisão soma esforços às organizações da sociedade civil, enquanto integrantes essenciais aos sistemas nacional e internacional de defesa dos direitos humanos (AMARAL, 2006).

### Seção III - Um novo limite a Ação Estatal

Recomendado ficar em casa por medidas de proteção contra o COVID-19, o morador de favela precisou também enfrentar a violência policial nesse contexto. O pedido liminar se fez essencial num período em que as lideranças comunitárias tinham muita dificuldade em se mobilizar em protestos e atos para denunciar as violações devido a necessidade de distanciamento social, enquanto iam os registros de mortes por agentes policiais dispararam<sup>90</sup> durante a pandemia. E foi o Supremo o legitimado disponível para apoiar os líderes que por anos tem respondido e enfrentado as violações e sentido na pele o Estado de Coisa Inconstitucional<sup>91</sup> que é a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

E não é a presente Ação a primeira vez que a forte violação de direitos fundamentais, que pelos fatos e direito expostos transgridem à dignidade da pessoa humana e a princípios e regras constitucionais enseja atuação mais assertiva da Corte Suprema. Na jurisprudência está pacificado esse entendimento no Recurso Extraordinário nº 592.581/RS<sup>92</sup>.

Em seu voto divergente o Ministro Alexandre de Moraes indicou que a decisão deveria se restringir ao pedido liminar, e seus requisitos necessários de *fumus boni juris* e *periculum in mora* para a concessão da tutela, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. Na visão do ministro não cabe à corte apresentar vedação genérica ao Poder Executivo

---

<sup>90</sup> Folha de São Paulo. Mortes por policiais crescem 43% no RJ durante quarentena, na contramão do crime.

Maio, 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/mortes-por-policiais-crescem-43-no-rj-durante-quarentena-na-contramao-de-crimes.shtml>

<sup>91</sup> A luz da doutrina Colombiana e da sua aplicação pela Corte brasileira, a técnica da declaração do “estado de coisas inconstitucional” permite ao juiz constitucional impor aos Poderes Públicos a tomada de ações urgentes e necessárias ao afastamento das violações massivas de direitos fundamentais, assim como supervisionar a efetiva implementação.

<sup>92</sup> É o leading case, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, que admitiu a possibilidade de o Poder Judiciário obrigar a União e estados a realizarem obras em presídios para garantir a integridade física dos presos, independentemente de dotação orçamentária.

na seara da Segurança Pública. O Ministro destacou que a eficiência é um dos princípios que rege a prestação do serviço de Segurança Pública, e que a intervenção do Supremo em impedir operações policiais seria ruptura grave da segurança e violadora do princípio.

Enquanto substrato seu posicionamento, foram trazidos importantes doutrinadores que reforçam a importância da separação dos três poderes, e o risco iminente do Poder Judiciário, interferir na atuação das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro. Reconhece não ser absoluto a discricionariedade do poder executivo em adotar política pública, mas defende que apenas caberia ao judiciário o controle de tais atos a posteriori com a existência de eventuais abusos. E a legitimidade do Judiciário para tomar decisões em questões relativas à política pública, como a presente lide, gera vasto e complexo debate e disputa política, doutrinária e jurisprudencial não apenas no Brasil, mas ao redor do mundo.

*“É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário - e nas desta Suprema Corte, em especial - a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, "Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976", p. 207, item n. 05, 1987, Almedina, Coimbra), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora em bases excepcionais, poderá atribuir-se ao Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatura constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático.”* Trecho extraído do voto do Ministro Celso de Mello ADPF 45.

A ADPF das Favelas não é a primeira a instar a discussão sobre o papel do Judiciário frente às profundas violações de direitos fundamentais. Existe crescente jurisprudência na seara dos direitos econômicos, sociais e culturais que instaram a discussão. A luz da doutrina<sup>93</sup>, são três as principais críticas que precisaram ser enfrentadas pela Corte: a do princípio democrático, a crítica institucional e a liberal. É compreensível a preocupação

---

<sup>93</sup>DANTAS, Eduardo Sousa. Ações Estruturais e o Estado de Coisas Inconstitucional: a tutela de direitos fundamentais em casos de graves violações pelo poder público. Curitiba: Juruá, 2019. p. 71.

quanto à atuação do Supremo à luz do Artigo 2º da CRFB, que preceitua a separação de poderes. Mas à luz da jurisprudência e da doutrina, não se pode permitir que bloqueios políticos e institucionais que tem que ser mostrado intransponíveis no avanço dos direitos humanos impeçam o judiciário de agir e efetivar sua missão de guardião da Constituição e dos tratados internacionais de direitos humanos.

O princípio democrático que limita e condiciona a atuação do Supremo Tribunal Federal em questões de política pública, não pode ser um óbice para fazer sanar violações de direito relacionadas ao somatório de omissões e ações do Poder Executivo. E como bem apresentado pelo requerente, não se trata de uma política atrelada apenas a um tomador de decisões ou gestão, são sistêmicas as falhas do Sistema de Segurança Pública baseado no racismo e opressão de territórios.

E no sentido transgridem à dignidade da pessoa humana e aos princípios e regras constitucionais enseja atuação mais assertiva da Corte Suprema. Na jurisprudência está pacificado esse entendimento no Recurso Extraordinário nº 592.581/RS<sup>94</sup>. Logo, sem tirar o mérito é o devido reconhecimento aos movimentos sociais e organizações de defesa dos Direitos Humanos, é preciso compreender que o Supremo Tribunal Federal é o legitimado capaz de superar os bloqueios políticos impostos.

Mas é desafiador falar de eficiência em efetivar a ordem social e promoção da paz, quando o Rio de Janeiro possui a polícia mais letal<sup>95</sup> do Brasil, de acordo com dados oficiais, mesmo estando fora do ranking dos dez estados brasileiros mais violentos. Conforme dados sobre ocorrências registradas pela Polícia Civil, divulgados em julho pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), apenas nos primeiros seis meses de 2020 ocorreram 775 mortes por intervenção de agente do Estado. No contexto atual de profundas violações, não podem ser apenas os dados sobre mortes e danos à propriedade os principais indicadores para compreender a dimensão das violações perpetradas pelo Estado em favelas.

A abordagem focada apenas em direitos civis e políticos não é suficiente para compreender a dimensão do impacto em diversas esferas da vida dos moradores, e ignora que

---

<sup>94</sup> É o leading case, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, que admitiu a possibilidade de o Poder Judiciário obrigar a União e estados a realizarem obras em presídios para garantir a integridade física dos presos, independentemente de dotação orçamentária.

<sup>95</sup>Ministério Público do Rio de Janeiro. Letalidade Policial no Rio de Janeiro em 10 pontos. Disponível em: [www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial-rj#:~:text=4%3A%20O%20Rio%20possui%20a,da%20letalidade%20policial%20no%20Brasil](http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial-rj#:~:text=4%3A%20O%20Rio%20possui%20a,da%20letalidade%20policial%20no%20Brasil). Acessados em: 8/12/2020

estes são com os econômicos, sociais e culturais interdependentes e interconectados. Com o avanço do papel do Estado, é necessário assumir obrigações para o bem estar dos indivíduos, de natureza social. Nos termos em que esclarece Sarah Cleveland (2009) é essencial compreender que os direitos humanos são marcados pela indivisibilidade e a interdependência.

### **3.1 - Das obrigações estatais face ao direito à Educação:**

Esse entendimento foi adotado pelos Estados Membros das Nações Unidas na declaração dos Pactos Internacionais elaborada em sede da Conferência Mundial de Teerã em 1968: "Como os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis, a realização dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais torna-se impossível".

O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em seu Comentário Geral n.º 3 ao tratar da natureza das obrigações dos Estados Membros esclarece que tais obrigações são tanto de conduta quanto de resultado. Na visão do colegiado autorizado a interpretar o Pacto, enquanto direitos difusos, progressivos e custos, é preciso de maneira imediata exigir duas obrigações, concretas e absolutas: a da não discriminação e a de agir, ou seja, a adoção de passos concretos para garantir o mínimo e o avanço constante.

Mas por serem muita das vezes alegados como custosos e não prioritários<sup>96</sup>, os direitos sociais, econômicos e culturais perdem espaços na agenda pública<sup>97</sup> face a obrigações negativas do Estado relativas à implementação de direitos civis e políticos. Mas a promoção e proteção dos direitos de primeira e segunda geração estão intrinsecamente conectados, e são, mesmo que em diferentes níveis afetados por uma atuação policial que tem o confronto como estratégia, dado o aumento da vitimização e interrupção de serviços públicos

A doutrina internacional dos direitos humanos despendeu esforços para definir as principais obrigações do Estado face aos direitos ESC. Na visão da autora Asbjorn Eide (2001), a obrigação primária é a obrigação de respeitar, sendo uma obrigação negativa, de não

---

<sup>96</sup>PECHOTA, Vrastilv. The Development of the Covenant on Civil and Political Rights. "Its proponents defined the difference between the two categories of rights in terms of their applicability: while civil and political rights were immediately applicable, economic, social, and cultural rights often called for progressive implementation." Page 1378.1981.

<sup>97</sup>ALSTON, Philps. Putting Economic, Social and Cultural Rights Back on the Agenda of the United States. In the Future of Human Rights. Pages 122-135. ed. 2008.

agir de maneira que possa impedir as pessoas de acessarem tal direito. A obrigação secundária é a de proteger o direito de uma violência de terceiros, seja pública ou privada. Já a obrigação terciária é cumprir as obrigações assumidas nos tratados internacionais, tomando medidas para garantir que as pessoas acessem os seus direitos econômicos, sociais e culturais.

À luz de sua teoria, o indivíduo é não apenas o titular do direito, mas também o principal agente responsável pela concretização na medida de seu esforço e capacidade, devendo o Estado assumir obrigações que permitam passivas e ativas de não impedir e incentivar o desenvolvimento do indivíduo. Previsto no Art. 13 e Art. 14 do PIDESC o direito à educação deve ser garantido a todas as pessoas, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade. Logo, deve ser respeitado, protegido e promovido pelo Estado Brasileiro, que no contexto da ADPF 635 parece ter falhado profundamente.

Na petição inicial da Ação, os autores utilizaram trecho de Cláudio Pereira de Souza Neto (2009) para conceituar a importância da mudança de paradigma:

*“O cidadão é o destinatário desse serviço [de segurança pública]. Não há mais ‘inimigo’ a combater, mas cidadão para servir. [...] A polícia democrática não discrimina, não faz distinções arbitrárias: trata os barracos nas favelas como ‘domicílios invioláveis’; respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo. A concepção democrática estimula a participação popular na gestão da segurança pública; valoriza arranjos participativos e incrementa a transparência das instituições policiais. Para ela, a função da atividade policial é gerar ‘coesão social’, não pronunciar antagonismos; é propiciar um contexto adequado à cooperação entre cidadãos livres e iguais.”*

Dada a dimensão e extensão das violações apresentadas pelo autor da ação, o Estado tem falhado na obrigação de respeitar e proteger o direito à educação e ao desenvolvimento. Os efeitos na prática são discriminatórios, e padecem de vício de constitucionalidade e convencional ao ferir a igualdade. Mesmo com a ausência de dados sistematizados pelo Poder Público que inviabilizam a análise do impacto em sua totalidade, como no rendimento do

IDEB, dias letivos e impacto psicossocial em alunos, professores, técnicos e responsáveis. É inegável o impacto apresentado pelos casos específicos de mortes de estudantes, uso de escolas como base de operações<sup>98</sup>, e confronto armado em horários de entrada e saída de alunos falha ao garantir um mínimo essencial para que esse recorte de cidadãos acesse o direito à educação.

É emblemática a decisão do Supremo ao reconhecer a falha estrutural de criar protocolos e estratégias pela Polícia Militar e Civil para proteger a comunidade escolar. Os dados já apresentados foram capazes de motivar a decisão dos Ministros em confirmar a decisão em sede de liminar que sob pena de responsabilização civil e criminal, fossem limitadas a não realizarem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia do COVID-19, salvo necessidades excepcionais, justificadas junto ao Ministério Público e que em tais casos sejam adotados cuidados excepcionais para preservar a população, a prestação dos serviços públicos educação e saúde.

### **3.2 - O potencial da escola em uma nova segurança pública:**

A determinação do Ministro em seu voto de criar protocolos em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação também irá impactar as formas de gestão das unidades escolares e a relação entre os departamentos de educação e as polícias. Nesse sentido, é possível pensar em um novo papel da escola no cenário de conflito nos territórios. Ao invés de ser utilizada como plataforma ou base de operações, e ser cenário de vitimização de estudantes, a escola pode ser uma grande aliada na criação de políticas públicas que promovam a paz e a justiça. O que está em alinhamento com as Diretrizes para a proteção de Escolas e Universidades contra o uso militar durante conflitos armados<sup>99</sup> e a Declaração de Escolas Seguras celebrada no âmbito das Nações Unidas<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> “Ademais, é essencial que se vede a utilização de creches e escolas como bases de operação das polícias fluminenses, proibindo-se, inclusive, o baseamento de recursos operacionais nas entradas e saídas de tais estabelecimentos.” Trecho retirado das Alegações do Governador do Estado e da Advocacia-Geral da União

<sup>99</sup> Disponível em: [https://protectingeducation.org/wp-content/uploads/documents/documents\\_guidelines\\_pt.pdf](https://protectingeducation.org/wp-content/uploads/documents/documents_guidelines_pt.pdf)

<sup>100</sup> “In 2015, the governments of Norway and Argentina led a process among United Nations (UN) Member States to develop the Safe Schools Declaration, which is the only international agreement dedicated to the protection of education in armed conflict. The Safe Schools Declaration is an inter-governmental political agreement that outlines a set of commitments to strengthen the protection of education from attack and restrict use of schools and universities for military purposes. It seeks to ensure the continuity of safe education during armed conflict.”

*“A educação, por sua vez, pode ajudar na proteção às crianças e jovens da morte, dos ferimentos e da exploração; pode aliviar o impacto psicológico causado pelo conflito armado ao oferecer rotina e estabilidade e pode promover conexões com outros serviços sociais vitais. Uma educação ‘sensível a conflitos’ evita contribuir ao conflito e busca contribuir à paz.”* Trecho da Declaração.

Até em situações de conflito armados deflagrado é exigido uma maior proteção dos espaços de educação, por serem essenciais para a garantia do bem-estar e de diversos outros direitos dos adolescentes e crianças em situações de conflito, nos termos da Convenção de Haia. E no Rio de Janeiro, a unidade Escolar é um dos poucos espaços do poder público que consegue se manter em territórios ocupados por poderes paralelos, sem sofrer retaliação, ou represália. E esse potencial não pode ser desperdiçado na formulação de políticas públicas que aproximem o Estado da população. Como já mostrado pelo IPEA, o oferecimento de oportunidades acadêmicas e profissionais reduz o número de homicídios e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

O debate apresentado na ADPF é importante também para o poder público reconhecer o impacto desproporcional da violência em alunos que moram ou frequentam escolas em espaços de conflito armado. Uma escola sensível ao conflito é eficaz em promover a paz, pois pauta a criação de seu currículos, atividades de extensão, e outras estratégias pedagógicas focada em acolher e apoiar os alunos que foram vitimados direta ou indiretamente pela violência urbana e incentivá-los a pensar e construir soluções para os desafios comunitários.

É preciso que o currículo não seja obsoleto a realidade do território da sua comunidade e ofereça ferramentas de bem-estar sócio psicossocial para os estudantes. Qualquer esforço que não enfrente a perda de dias letivos, o impacto subjetivo e objetivo da violência torna o ensino ineficaz para romper os ciclos de marginalização e exclusão, pois ignora a vivência e a realidade dos agentes envolvidos, tanto aluno e professor.

A violência pode influenciar na evasão escolar, que retroalimenta o ciclo de violência ao deixar as crianças e adolescentes mais expostos a influência dos grupos armados no território<sup>101</sup>. O tempo fora da escola e a ausência de perspectiva, facilita a aproximação com as

---

<sup>101</sup>BBC Brasil.Pesquisa identifica evasão escolar na raiz da violência extrema no Brasil. Maio, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40006165> Acessado em 09 Junho de 2020.

facções criminosas, que recrutam mesmo da própria comunidade para suas fileiras. A baixa escolaridade, gerada pelo abandono escolar, é também um agravante de vulnerabilidade. De acordo com dados do Anuário 2019 do FBSP<sup>102</sup>, 81,5% de todas as vítimas da letalidade policial não tinham sequer alcançado o ensino médio, possuindo apenas Ensino Fundamental completo ou incompleto.

É essencial pensar como a escola se torna mais ativa nessa dinâmica de construção da paz em territórios que atualmente são marcados por tais disputas. É sobre repensar a formação de professores, a capacitação dos pedagogos, o debate e escuta ativa com a comunidade sobre assuntos relacionados à segurança e paz, assim como a aproximação estratégica com agentes da Segurança Pública para conscientizar e reforçar o papel central das oportunidades de desenvolvimento pleno dos alunos e sua comunidade para criar a paz.

E considerando a teoria freiriana, o conceito de educação pode ser compreendido enquanto um processo de criação e compartilhamento de conhecimento que envolve a relação entre a ação e reflexão sobre a realidade<sup>103</sup>. Logo, o aluno e professor criam conhecimento<sup>104</sup> e são capazes de promover a reinvenção do mundo, sendo a educação um ato naturalmente político, Paulo Freire (2003, p.40). Ocorre que em um ambiente de luta pela sobrevivência, currículos engessados e grades de sacadas não são capazes de engajar os alunos, a escola e seu papel parece estar desalinhado com a realidade e os desafios da comunidade.

Apesar de ainda não explorado pelo poder público no estado do Rio de Janeiro, e nem esfera Municipal, uma educação que se preocupa com os direitos humanos e os conceitos de paz e justiça já é utilizada em países<sup>105</sup> e escolas ao redor do Brasil. Os próprios movimentos sociais que subsidiaram a propositura da presente ação, contam com boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente para empoderar a comunidade em compreender e contribuir com dinâmicas da segurança pública e justiça<sup>106</sup>.

---

<sup>102</sup>Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário 2019. Pág. 62. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em 01 de Dezembro de 2020.

<sup>103</sup> O processo da alfabetização política: uma introdução, Paulo Freire (2003,p.72)

<sup>104</sup> Fala na entrevista “Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire. Instituto de Ação Cultural de Genebra. 1973. (2003, p.111).

<sup>105</sup> No Dia Internacional para Proteger a Educação de Ataques, as Nações Unidas reforçaram: “que o direito infantil à educação não pode ser salvaguardado em zonas de conflito, sem que a própria educação seja protegida/ crianças e jovens em zonas de conflito permanecem entre os mais vulneráveis a seu impacto arrasador”.

<sup>106</sup>Exemplo é o projeto Maré de Direitos que “busca garantir e ampliar o acesso a direitos e interferir nas práticas sociais que dificultam o acesso à justiça. Esse projeto oferece, através de atendimento sócio-jurídico, acolhimento e orientações para acesso à justiça e garantia de direitos.” Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/19/mare-de-direitos>

Compreender os impactos da segurança pública focadas na repressão e conflito é fundamental para pensar em possibilidades capazes de romper com um ciclo. Ao pensar em novas abordagens centradas em oportunidades aos jovens foi possível identificar uma correlação da redução de homicídios quando há aumento de oportunidades de educação e de acesso ao mercado de trabalho<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup>Estudos apresentados na nota técnica Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios elaborada pelo IPEA (2016).

### Conclusão:

A medida liminar permanece eficaz até o momento, com grandes controvérsias sobre sua eficácia e os impactos que trará na prática. Organizações de direitos humanos indicam que com a observância da decisão a letalidade teve queda<sup>108</sup>, enquanto outros denunciam ações das forças policiais que violam a decisão mandamental da Suprema Corte. Mas o debate está longe de se encerrar, tanto no âmbito da sociedade civil quanto entre os tomadores de decisão do poder público.

Mesmo com desdobramento ainda por vir, a apreciação pelo Supremo desse tema é muito importante, erigindo a importância de um direito humano de segunda geração e o bem-estar da população local como um dos limites para a realização de incursões policiais. A vedação de operações em perímetros escolares e de creche, e exigência de adequação a protocolos de acordo com normas internacionais e nacionais fortalece os direitos humanos econômicos, sociais e culturais.

A decisão é emblemática também ao exigir do poder Executivo que leve em consideração o impacto da política, e como a violência afeta o processo de aprendizado. Não oferece respostas, pois a complexidade dos seus efeitos nos indivíduos e suas comunidades no curto, médio e longo prazo é difícil de mensurar e compreender. Não são raras as notícias que indicam que, pelo menos em parte, a decisão não está sendo cumprida, de acordo com informações divulgadas por movimentos sociais e veículos de comunicação. O que confirma o quão enraizada está a dinâmica de conflito e enfrentamento nas comunidades.

É necessário o Judiciário se manter firme em fazer cumprir sua decisão mandamental, ainda mais por ter como um dos aspectos centrais do debate o direito à educação, muita das vezes preconizado em questões relativas a conflitos armados. Compreender a violência impacta a comunidade como um todo, é essencial para superar uma visão limitada que pensa apenas em vítimas e infratores é importante entender que todos que moram no território se tornam também impactados como *bystanders*.

Não se pode permitir que o Estado do Rio de Janeiro adote uma política de segurança que viola à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e logo se torna frontalmente oposto a tudo que protege o art. 5º, caput da CRFB/88. Prevista no art. 144 da

---

<sup>108</sup>Conectas. Suspensão de operações na pandemia reduz mortes em 70% no Rio de Janeiro. Agosto, 2020. Disponível em:

[www.conectas.org/noticias/suspensao-de-operacoes-policiais-no-rj-durante-pandemia-reduz-mortes-em-70](http://www.conectas.org/noticias/suspensao-de-operacoes-policiais-no-rj-durante-pandemia-reduz-mortes-em-70)

Carta, é preciso compreender a segurança pública enquanto um serviço público com a finalidade de promover o bem-estar e a proteção das pessoas e a ordem constitucional.

Está iniciado um processo político-jurídico no qual um poder desafia o outro a superar o estado de coisa que é inconstitucional, a partir do momento que Estado respeitar, promover e proteger o direito à Educação e a Segurança Pública. Com o retorno gradual para aulas presenciais em um cenário de COVID-19, e o momento para que se elabore políticas públicas multidimensional que sejam focadas geograficamente e socialmente em combater desigualdades e superar sistemas de marginalização que estão postos através de uma miríade de dinâmicas que exigem mudanças emergenciais passando sim pela segurança, mas também na área de educação e demais direitos econômicos, sociais e culturais.

A ADPF 635 enriquece a jurisprudência que reforça as limitações do agir político quando esta viola e vulnerabiliza um grupo já marginalizado, ao fazê-lo oportuniza uma maior centralidade na educação enquanto uma política pública essencial ao desenvolvimento do indivíduo e da sua comunidade, o que promove também a paz e a justiça social. A decisão, responsabilizando civil e criminalmente os agentes que a violem, cria incentivos negativos para o poder público corrigir suas ações e de maneira colaborativa sair de um estado de violação de preceitos constitucionais fundamentais e de obrigações convencionais na esfera internacional. O desafio agora é monitorar o cumprimento e garantir a eficácia da decisão na garantia dos direitos humanos dos grupos que mais precisam.

É possível um novo caminho e método de fazer e pensar a segurança pública. Desde a apresentação da petição inicial até a sustentação dos amigos cúria perante a corte mostram que as novas narrativas sobre o que é paz e justiça nas favelas têm ganhado cada vez mais protagonismo apesar da marginalização e fortalecimento de discursos políticos baseados na ideia do confronto.

### **Bibliografia:**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. Acórdão de confirmação de tutela liminar em medida cautelar. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. PSB contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin. Publicação em DJe: 05/08/2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Decisão Monocrática. Deferimento de tutela liminar em medida cautelar. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. PSB contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin. Publicação em DJe: 5/6/2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347. Ministro Relator: Marcos Aurélio. Distrito Federal.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Caminhos da Política de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra no Brasil. Brasília, 2014. CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2017. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL. Secretaria de Governo. Conselho Nacional de Juventude. Novo Plano Juventude Viva: Plano de Combate a Violência Contra a Juventude Negra / Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: SNJ, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Decreta intervenção no estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

ALERJ. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Relatório Anual 2019. “Segurança Pública e Direitos Humanos: reflexões para um aprendizado democrático”.

Memorial de Amicus Curiae. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. contra Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política - Política e Direito. São Paulo: Campus, 2000.

ROSHANI, Niousha. Grassroots Perspectives on Hate Speech, Race, & Inequality in Brazil & Colombia. Berkman Klein Center Research Publication nº 2016-18, 2016.

INSTITUTO IGARAPÉ. Fundo de Populações das Nações Unidas. “Prevenção da violência Juvenil Brasil: uma análise do que funciona”. 2020.

DIAS, Roberto. MOHALLEM, Michael Freitas. O diálogo jurisdicional sobre direitos humanos e a ascensão da rede global de cortes constitucionais. Gazeta Jurídica, 2016.

McCOY D. C., RAVEN C.C., SHARKEY. Children's Cognitive Performance and Selective Attention Following Recent Community Violence. Journal of Health and Social Behavior, v.56, n. 1, 2015.

FOWLER, P., TOMPSETT, C., BRACISZEWSKI, J., JACQUES-TIURA, A., & BALTES, B. Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescents, 2009.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Circuito Favela por Direitos – Relatório 2018. Rio de Janeiro: DPRJ, 2018.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira. “A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas”, p. 06-07. Cf. <[https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/Seguranca\\_Publica\\_na\\_Constituicao\\_Federal\\_de\\_1988.pdf](https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/Seguranca_Publica_na_Constituicao_Federal_de_1988.pdf)>.

EIDE, Asbjorn. Economic, Social and Cultural Rights. A Textbook. Springer. 1st edition, 2001.

HENKIN, Louis. CLEVELAND, Sarah et al. Human Rights. University Casebook Series. Foundation Press. 2nd edition. United States, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Balanço 2019 e Perspectiva 2020. Relatório Anual de Acompanhamento da Educação Já! Março, 2020 Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/569.pdf?2017220043](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/569.pdf?2017220043)

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo, Saraiva, 2018.

RODRIGUES, R. I.; MOTTA, E. A pacificação das favelas do Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil. Boletim de Análise Político Institucional, n. 4. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. p. 33-38.

ALERJ. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Segurança Pública e Direitos Humanos: reflexões para um aprendizado democrático. Relatório Anual 2019.

ONU e CIDH. Internal Communication Clearance Form. Mandates of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions and the Inter American Commission on Human Rights. Genebra, Suíça. Junho, 2019. Disponível em: <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=24657>

RAMOS, Silvia (coord.). A cor da violência policial: a bala não erra o alvo. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, dezembro de 2020.

AMARAL, Maia Gelman. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. A sociedade civil brasileira no monitoramento dos direitos humanos: os relatórios alternativos. Santa Catarina, 2006.

NAIDIN, Silvia. Letalidade policial: Problema ou projeto?. Boletim Segurança e Cidadania, Estado, 2020.

RAMOS, Silvia et al. Racismo, motor da violência: um ano da Rede de Observatórios da Segurança. Rio de Janeiro, CESeC, 2020.

MONTEIRO, J; ROCHA, R. Drug Battles and School Achievement: Evidence from Rio de Janeiro's Favelas. Review of Economics and Statistics. CatchWord Ltd, v. 1, 2016.

FGV. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Educação em alvo: os efeitos da violência armada nas salas de aula / Coordenação Marco Aurélio Ruediger. – Rio de Janeiro:2017.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os direitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo, Saraiva, 2009.

BRASIL. IPEA. A intervenção federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil. Relatório de Pesquisa. Janeiro, 2019.  
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervencaoafederalrio.pdf>

INGEBORG, Maus. Judiciário como superego da sociedade. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, 2000, pp. 183-202.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. Cortez Editora. 2003. São Paulo.

O processo da alfabetização política: uma introdução. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: [http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o\\_Cultural\\_para\\_a\\_Liberdade.pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf). Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

ROLIM, Marcos. Tese de Mestrado. A formação de jovens violentos : para uma etiologia da disponibilidade violenta. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102225>. 2014.

GCPEA. The Global Coalition to Protect Education from Attack. Diretrizes para a proteção de Escolas e Universidades contra o uso militar durante conflitos armados. Noruega. 2015.

GCPEA. The Global Coalition to Protect Education from Attack. Declaração de Escolas Seguras. Noruega. 2015,

ONU. Resolução 1998 do Conselho de Segurança sobre a proteção de crianças, hospitais e escolas durante conflitos armados. Nova Iorque. 2011.

ONU. Resolução 2143 do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos e Armado. Nova Iorque. 2014.